CORREIO REAL 21

Boletim da Causa Real produzido pela Real Associação de Lisboa

JUNHO 2020

©Homem Cardoso

25 ANOS

ENSAIO

Redescobrindo o sentido vital da instituição monárquica

por Pedro Velez

ENTREVISTA

Infanta D. Maria Francisca

"Há poucos líderes que tenham uma cultura política e valores morais à altura dos desafios actuais e ao mesmo tempo a popularidade necessária para ganhar eleições."

CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI

EDITORIAL
NOTA DE EDITOR

O estado de emergência sanitária causado pela COVID-19 que tão dramaticamente afecta a vida de todos nós, obliterando actividades sociais, públicas e privadas, entre as quais a devida celebração dos 25 anos sobre o casamento dos Duques de Bragança, celebrado no Mosteiro dos Jerónimos a 13 de Maio de 1995. A comemoração que havia sido preparada para o Mosteiro dos Jerónimos foi anulada, mas muitos monárquicos festejaram esta histórica efeméride com a sua querida Família Real, em comunhão espiritual e enviando felicitações mais ou menos virtuais. Esse regozijo foi devidamente manifestado e partilhado por milhares de cibernautas nas redes sociais. Pela nossa parte, um tão feliz acontecimento não poderia passar ao lado deste número do *Correio Real,* que lhe dedica desde logo a capa, reproduzindo uma belíssima fotografia oficial do casal real pelo seu fotógrafo António Homem Cardoso.

O casamento dos Senhores Dom Duarte e Dona Isabel de Bragança foi um acontecimento nacional inolvidável, com transmissão televisiva em directo pela RTP, algo que só teve paralelo, no pós-1974, com a cerimónia da adesão do nosso país à Comunidade Económica Europeia, futura União Europeia. Representantes das mais ilustres famílias reais europeias sentaram-se ao lado das figuras do Estado português, como o presidente Mário Soares e o primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva, além de autarcas e de diplomatas acreditados em Portugal. Deve sublinhar-se que este foi o primeiro casamento real português celebrado em Portugal desde o de Dom Carlos de Bragança e de Dona Amélia de Orléans, em 1886. Foi um grande momento de júbilo patriótico, que galvanizou milhares nas ruas de Lisboa, mas foi principalmente um acontecimento estruturante para o relançamento do movimento monárquico nacional, para a sustentação de quantos apoiam esta alternativa política para a mais alta representação da nação portuguesa. Acontece que a continuidade da Família Real é pedra angular de qualquer monarquia, a primeira das que compõe toda uma nação, cuja genealogia atravessa a história rumo ao futuro. O casamento real ocorrido há um quarto de século empolgou uma geração de militantes monárquicos e continua a ser penhor do nosso compromisso por um Portugal renovado, assente em instituições sólidas e representativas de comunidades livres e dinâmicas. Que Deus continue a cumular de bênçãos a nossa querida Família Real e a inspirar os seus passos.

O casamento real ocorrido há um quarto de século empolgou uma geração de militantes monárquicos e continua a ser penhor do nosso compromisso por um Portugal renovado, assente em instituições sólidas e representativas de comunidades livres e dinâmicas.

Uma nota final: este n.º21 do *Correio Real* foi preparado em tempos adversos e de grande consternação e incerteza por causa da crise sanitária. Neste período, vários foram os eventos do movimento adiados por esse imperativo, e por isso decidimos reforçar o empenho editorial. Fomos largamente compensados. Na revista que hoje chega às vossas mãos destacaria particularmente a primeira entrevista concedida pela Senhora Infanta Dona Maria Francisca, e dois esplêndidos ensaios: sobre os 200 anos da Revolução Liberal, por Carlos Bobone; e sobre a redescoberta do sentido da instituição real de Pedro Velez. A todos — não esquecendo os anunciantes — os que tornaram este número possível, os nossos sinceros agradecimentos.

João Távora,
Director e presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa

O Correio Real é o boletim Monárquico da Causa Real produzido pela Real Associação de Lisboa

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto.
1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 11 às 14 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: secretariado@reallisboa.pt

Todos os números do boletim em pdf em: www.causareal.pt

Real Associação de Lisboa

Correio Real

Direcção e coordenação: João Távora

Redacção: Leonor Martins de Carvalho, João Távora, João Vacas, Carlota Cambournac (revisão final)

Design e edição: Madalena Pestana

Fotografia: ©Nuno Albuquerque

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2250 exemplares

Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho, artigo 12º, nº1, alínea a)

Fotografia de capa gentilmente cedida por Homem Cardoso, fotógrafo oficial da Casa Real Portuguesa.

EDITORIAL

Teresa Côrte-Real
Presidente da Causa Real

CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

Homens Livres

Neste tempo tão desafiante podia este editorial ser sobre muitas coisas. Nada me parece, no entanto, melhor que transcrever o texto que escrevi sobre Gonçalo Ribeiro Telles, que homenageámos no início deste ano com um Prémio que leva o seu nome em parceria com o Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, a Ordem dos Engenheiros e a Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas. Porque é de homens livres e de exemplos de percursos de vida assim que todos nós, que tanto orgulho temos em ser portugueses, precisamos. E que queremos continuar a ser.

Há uma frase extraordinária do frère Luc no filme Dos Homens e dos Deuses: *"Laissez passer l'homme libre"*. Confrontado com a escolha entre ficar e proteger a comunidade que tinha ajudado a consolidar nas suas diferenças ou salvando a vida partindo, escolheu, em plena liberdade, ficar. Um homem livre é mestre da sua vida, consciente do impacto das suas escolhas, lúcido no seu papel de mudança que assume ter e sem o qual não pode existir. Profissionalmente, na vida privada ou pública, na sua terra ou o seu país, mas tendo sempre em conta o todo e nunca, ou apenas, o interesse individual.

Precisamos de homens e mulheres com esse espírito, que conheçam e defendam a identidade da sua comunidade através de uma ecologia humana com base na coesão sustentada do território e das populações. Que promovam o bem-estar das comunidades, que contribuam para a solidificação da identidade colectiva que necessita de um motor de unidade entre norte e sul, interior e centros urbanos, que sejam capazes de ir contra os interesses oligárquicos que dividem os portugueses e atentam contra a nossa soberania e delapidam o património humano do nosso país. Talvez agora mais do que nunca. Precisamos de exemplos a seguir, de pessoas de hoje cujos percursos de vida sejam para nós referência e nos ajudem a construir este caminho. Gonçalo Ribeiro Telles é tudo isso e, portanto, um homem livre.

A criação do "Prémio Gonçalo Ribeiro Telles para o Ambiente e Paisagem" é antes de mais um enorme agradecimento do país a um homem que viveu "para criar um mundo mais próximo daquele em que gostaria de viver".

A criação do "Prémio Gonçalo Ribeiro Telles para o Ambiente e Paisagem" é antes de mais um enorme agradecimento do país a um homem que viveu "para criar um mundo mais próximo daquele em que gostaria de viver". Que premeia e valoriza quem dá exemplo. Para que esses outros possam, também eles, contribuir para uma nova organização dos poderes do Estado nas áreas de soberania, da economia e da promoção do bem-estar da sociedade.

A sua profunda consciência cívica e o seu empenho na causa pública, sempre em defesa de Portugal, são o melhor dos guias e dos exemplos do que é de facto ser monárquico e, acima de tudo, português. Viu o que quase mais ninguém queria ou conseguia ver em relação ao futuro do país e afirmou-o sempre mesmo quando era muito mais fácil (e seguro) não o fazer. Sem nunca desistir, seguro daquilo que defendia, em espírito de missão e ao serviço de Portugal.

Que venham mais homens livres. É deles que precisamos hoje.

21
ÍNDICE

4 **OPINIÃO E DEBATE**
• Uma disputa singular ou 70% de coisa nenhuma • João Vacas

5 . 9 **ENSAIOS**
• 1820 - A Ascenção dos Tribunos - A propósito dos 200 anos da Revolução Liberal do Porto • Carlos Bobone
• Redescobrindo o sentido vital da instituição monárquica • Pedro Velez

12 **ENTREVISTA**
• Infanta D. Maria Francisca - Duquesa de Coimbra • João Távora

18 **CONVIDADO ESPECIAL**
• Álvaro Meneses

20 **JUVENTUDE MONÁRQUICA PORTUGUESA**
• Vários.

21 . 27 **NOTICIÁRIO**
• Duque de Bragança entrega donativo da Real Associação de Lisboa aos Bombeiros Voluntários de Lisboa.
• Notícias da Causa Real
• Notícias da Real Associação de Lisboa
• Notícias das Reais Associações

28 **BIBLIOTECA**
• Viajar com os Reis de Portugal. Seis séculos de jornadas ao estrangeiro da família real portuguesa • Vasco Rosa

30 **NOTÍCIAS DA FUNDAÇÃO D. MANUEL II**

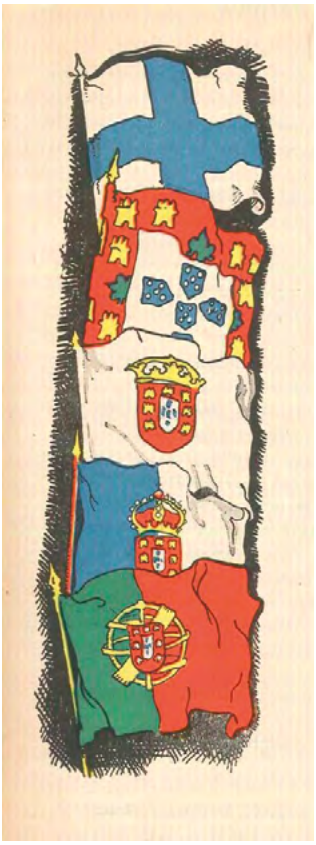
Uma disputa singular ou 70% de coisa nenhuma

JOÃO VACAS

Os três milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil quinhentos e vinte e um portugueses que deram o seu voto a Mário Soares no dia 13 de Janeiro de 1991 estavam, decerto, longe de imaginar que o seu gesto cívico e a percentagem que dele resultou (70,35%) passariam a constituir a fasquia que assombra e motiva os candidatos a presidir-nos.

Na verdade, diversas fontes assinalam que o actual Presidente da República tem o propósito, quase a obsessão, de obter um resultado superior nas eleições para um segundo mandato. Este desejo, acompanhado da máxima cautela para não alienar eleitorado, vem sendo recorrentemente mencionado de cada vez que aquele é confrontado com a necessidade de tomar decisões difíceis e, sobretudo, sempre que evita tomá-las.

Há quase unanimidade quanto ao facto de o Professor Marcelo Rebelo de Sousa pretender ficar para a história como o Presidente da terceira versão desta triste República que teve maior percentagem de votos. Fraco consolo para quem esperava dele outra firmeza. E mau remédio para quem procurou encontrar em Belém o substituto de um monarca.



Dito de outra forma, uma das principais preocupações deste Presidente da República e que, pelos vistos, condiciona amplamente o exercício do seu mandato, é a comparação com o resultado eleitoral de um seu antecessor há vinte e nove anos. Esta circunstância, no mínimo inquietante, demonstra com limpidez invulgar as diferenças profundas entre as formas de governo monárquico e republicano.

Não, o Presidente da República não é um Rei. Se o fosse, não se compararia com momentos fugazes ou com resultados circunstanciais e não se deixaria tolher por eles. Olharia mais longe e buscaria mais fundo. Teria de o fazer.

Um Rei procura exemplos na História para aprender com eles e não para vencer os seus maiores numa fútil competição de popularidade. Um Rei não proclama afectos nem os exibe, exerce a autoridade que lhe advém de uma legitimidade única que lhe impõe que seja o primeiro. O primeiro no serviço. O primeiro na disponibilidade. O primeiro na dedicação. O primeiro a estar ao lado do seu povo em todas as circunstâncias, sobretudo nas piores. D. Pedro V fê-lo ao ponto da imolação. E D. Carlos I pagou com a própria vida o facto de não suportar a ideia de que o povo pudesse julgar que ele o temia…

O Rei não fala enquanto Rei e depois enquanto outra coisa qualquer. Tem uma só voz e um só corpo que personificam um Estado num determinado momento histórico. Sabe que são a função e o seu exercício quem deve preponderar e que estes estão infinitamente acima da sua fraca, porque humana, circunstância pessoal.

Um Rei não malbarata palavras, conhece o seu valor e procura usá-las com parcimónia e acerto sempre que as circunstâncias o exigem. Não precisa de frenesim comunicacional para mostrar que existe ou para influir na agenda política de cada semana. Exemplo flagrante disso mesmo, abundantemente reconhecido por monárquicos e não-monárquicos, foi a comunicação rigorosa, firme, oportuna e mobilizadora dirigida ao povo britânico por Isabel II que, para nosso mal, contrastou tanto com a profusão de alocuções na qualidade disto e daquilo em que se ia transmutando o Presidente da República-cidadão-comentador-especialista em saúde pública.

Não, o Rei não fala enquanto Rei e depois enquanto outra coisa qualquer. Tem uma só voz e um só corpo que personificam um Estado num determinado momento histórico. Sabe que são a função e o seu exercício quem deve preponderar e que estes estão infinitamente acima da sua fraca, porque humana, circunstância pessoal.

Com o humor corrosivo que o caracterizava, Roger Scruton, de quem tenho tantas saudades, dizia: «a monarquia é o único sistema para nomear um chefe de Estado que oferece uma hipótese justa ao comum, ao não ambicioso, ao excêntrico e ao levemente insano - certamente uma característica bem-vinda numa época em que praticamente todas as repúblicas do mundo são chefiadas por alguma autoridade megalomaníaca hiperactiva determinada em deixar a sua marca na história.»

É melhor servir a quem só quer servir-nos que persistir em ser marcado pelos que tanto querem marcar-nos.

1820 A Ascensão dos Tribunos

A propósito dos 200 anos da Revolução Liberal do Porto

CARLOS BOBONE

O ano de 1820 começou com nuvens carregadas no horizonte. O reino achava-se em vésperas de ser atacado pela Espanha, por consequência da política expansionista da coroa portuguesa na América do Sul. A antiga colónia, elevada desde 1815 à categoria de reino, ocupava agora o lugar de honra na política do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A perspectiva de sofrer na pele as consequências de uma disputa ocorrida no outro hemisfério, era um exemplo particularmente humilhante da situação de inferioridade a que o reino se vira reduzido nos últimos anos. Os motivos de queixa não faltavam em Portugal: a transferência da Família Real para o Brasil foi, sem dúvida, um rasgo de estratégia militar, que privou os exércitos napoleónicos de uma presa muito cobiçada. Ocupado o território, preservou-se a monarquia, instalada na sua possessão mais extensa. Mas depois de vencidos os franceses, a corte permanecia no Rio de Janeiro, sem mostrar intenções de regresso. No Exército português os altos comandos eram monopolizados pelos oficiais britânicos que tinham vindo combater a ocupação francesa. A Inglaterra, a troco da protecção militar, impusera-nos um tratado de comércio, que lhe dava livre acesso às matérias-primas saídas do Brasil e subtraía aos portos portugueses a sua situação privilegiada, enquanto pontos de chegada e de partida dos produtos coloniais. O comércio externo sofreu quebra acentuada e a balança comercial inclinou-se decisivamente para o lado das importações. As consequências transferiram-se a breve trecho para o bolso dos servidores do Estado, civis ou militares, na forma de ordenados por pagar. De todos estes motivos de inquietação, houve um que deixou de o ser e se transformou em fonte de inspiração. A Espanha, nos primeiros meses de 1820, conheceu uma sucessão de motins regionais, o que provocou a queda do governo e a ascensão de um regime liberal. Foi restaurada a Constituição de Cádis de 1812, que esvaziava os poderes do rei, e a ideia de invadir Portugal caiu no esquecimento.

Em 1818 tinha-se instalada no Porto uma sociedade secreta que dava pelo nome de Sinédrio e alimentava o propósito de sujeitar o reino lusitano aos princípios da soberania do povo. Aí pontificavam, do lado militar, os coronéis Sepúlveda e Cabreira. E do lado civil Manuel Fernandes Thomaz, Ferreira Borges, Silva Carvalho e Borges Carneiro. No dia 24 de Agosto de 1820 os conspiradores puseram-se em movimento. Os coronéis Sepúlveda e Cabreira convocaram a Câmara Municipal, explicaram aos vereadores a necessidade de impedir uma explosão de descontentamento e em nome da ordem que urgia restaurar, fizeram-se reconhecer governantes, com o ambicioso título de "Junta Provisional do Supremo Governo do Reino". O novo governo prometia a convocação das Cortes, a suspensão dos oficiais ingleses e o pagamento dos soldos ao Exército, a quem se deviam sete meses de ordenados. As autoridades civis e eclesiásticas, convocadas para darem o seu acordo, assinaram o acto de rebeldia sem reservas.

Às primeiras notícias de convulsões no Norte e da convocação das antigas Cortes, D. João VI respondera estranhando a iniciativa, pois tal convocatória apenas ao rei competia.

A reacção dos governadores do Reino, em Lisboa, foi de severa reprovação. Três corpos militares receberam ordem de marcha para reduzir à obediência a cidade do Porto. Mas os coronéis Sepúlveda e Cabreira iniciaram uma rápida ofensiva militar e ideológica junto das povoações nortenhas e em pouco tempo congregaram um número de adesões que reduziu à impotência o Exército governamental. Aos militares, prometiam-lhes o fim da preponderância inglesa no Exército e os ordenados pagos em dia. Aos civis, prometiam reunião das Cortes, regresso da

Família Real e Constituição. A Junta do Porto inundava o país com proclamações, às quais respondia o governo de Lisboa. As proclamações começavam sempre com juramentos da mais extremosa fidelidade ao soberano - que nunca é menos que o "nosso adorado" ou o "nosso idolatrado" D. João VI -, à religião católica e à Casa de Bragança. Seguia-se o compromisso de obediência às Cortes que se haviam de reunir e à Constituição que havia de ser produzida por elas. A doutrina vintista afirma que Portugal tem uma Constituição tradicional. O Portugal dos tempos de glória era governado, segundo esta doutrina, por uma monarquia representativa, que fez a grandeza da nação. A revolução é obra dos homens que ainda conservam a antiga virilidade e procuram devolver a Portugal a sua grandeza por meio da restauração das antigas tradições. Mas neste programa, que se apresentava com sedutoras vestes patrióticas e tradicionalistas, havia um elemento indiscutivelmente novo e de origem estrangeira: a exigência de uma Constituição escrita, missão primordial que se atribuía às futuras Cortes.

Nos princípios de Setembro sentia-se na capital grande turbação, inspirada pelos ventos do Norte. Era costume comemorar-se em Lisboa o dia 15 de Setembro, data da expulsão dos franceses, com uma grande parada militar. Mas os governadores do Reino decidiram cancelar nesse ano o desfile. Os militares conjurados serviram-se desse pretexto para se darem por ofendidos. Contra as ordens superiores, concentraram os regimentos no Rossio onde, entre os habituais vivas ao bem-amado Rei, à Casa de Bragança e à santa religião católica, se proclamou em altos brados a necessidade de novo governo, Cortes e Constituição. Formou-se novo governo, em que predominava a figura de Manuel Fernandes Thomaz. Com ele triunfava uma ideologia liberal agressivamente empenhada em abater os vestígios do antigo regime e em erguer visivelmente a supremacia da "vontade nacional", encarnada no parlamento. O governo provisório promovia eleições, mas anunciava que as futuras Cortes teriam a missão de redigir uma Constituição "pelo menos tão liberal como a de Espanha". Convocava os corpos do Estado, grandes do reino, bispos, altos dignitários, e impunha-lhes que jurassem obediência às novas instituições, mesmo àquelas que ainda não estavam criadas. Começavam a prevalecer as medidas de carácter ideológico.

Na memória histórica dos seus herdeiros espirituais, setembristas e republicanos, o vintismo foi exaltado como um momento de pureza ideológica absoluta, uma virtuosa emanação do espírito democrático e igualitário, encarnado nas Cortes Constituintes de 1821 e na Constituição de 1822. Mas a verdade é que as eleições de 1820 foram as mais indirectas que houve em Portugal, aquelas em que o eleitor se achou mais afastado do seu representante final. Ao mesmo tempo que se estendia o voto a todos os chefes de família com mais de 21 anos, também se dividia o processo eleitoral em três momentos solenes. No primeiro domingo os eleitores acorriam às juntas eleitorais de paróquia, onde assistiam a luzida cerimónia religiosa, enriquecida com um sermão alusivo ao acto. Depois dirigiam-se às urnas, onde depositavam o voto para a eleição de onze "compromissários". Apurados os votos, os eleitos retiravam-se a uma casa próxima, onde procediam à escolha do eleitor de paróquia. Encerrava-se o acto eleitoral com a celebração de um solene "Te Deum". No domingo seguinte os eleitores paroquiais reuniam-se na cabeça de cada comarca, onde se celebraria a eleição dos eleitores de comarca. Celebrava-se uma cerimónia com aparato acrescido, missa cantada, discurso alusivo à ocasião, seguido de todo o aparato de verificação dos mandatos eleitorais. Uma semana depois congregavam-se os eleitores de comarca na capital de cada província, a cerimónia religiosa era presidida pelo bispo, o governador dirigia as solenidades cívicas e então finalmente se elegiam os deputados. Era um sistema eleitoral que se prestava a todo o tipo de combinações e negócios prévios, porquanto reduzia ao mínimo o segredo do voto. Chegou a haver quem fizesse escritura notarial com os nomes dos cidadãos que viria a propor para deputados.

O comércio externo sofreu quebra acentuada e a balança comercial inclinou-se decisivamente para o lado das importações. As consequências transferiram-se a breve trecho para o bolso dos servidores do Estado, civis ou militares, na forma de ordenados por pagar.

Na memória histórica dos seus herdeiros espirituais, setembristas e republicanos, o vintismo foi exaltado como um momento de pureza ideológica absoluta, uma virtuosa emanação do espírito democrático e igualitário, encarnado nas Cortes Constituintes de 1821 e na Constituição de 1822.

Enquanto o reino se deixava arrebatar em pelejas de alta política, o destinatário de todas as fervorosas proclamações, D. João VI, recebia no Brasil notícias atrasadas e imprecisas do que sucedia na sua fervilhante metrópole. Às primeiras notícias

de convulsões no Norte e da convocação das antigas Cortes, D. João VI respondera estranhando a iniciativa, pois tal convocatória apenas ao rei competia. Mas, numa demonstração do zelo que dedicava ao bem-estar dos seus povos, consentia em autorizar que se reunissem os três Estados. Em Janeiro de 1821 chegava ao Rio de Janeiro o conde de Palmela e dava ao Rei uma conta exacta do que se passava na sua possessão europeia. Não se limitou a expor a situação, mas insistentemente aconselhou D. João VI a tomar enérgicas decisões para restaurar a autoridade régia. As decisões do rei deviam ser compatíveis com a honra e a segurança do trono, mas também "análogas ao espírito do tempo", e por isso deviam contemplar a concessão de uma Carta Constitucional. Mas D. João VI não era homem de decisões precipitadas. O tempo passava enquanto nos paços reais se ponderava. Já o mês de Fevereiro ia no fim e a capital brasileira estava inflamada com a notícia de uma sublevação liberal na Baía, quando o Rei fez publicar as suas decisões. O Príncipe Real ia regressar a Portugal, onde faria as suas observações sobre as necessidades do reino e decidiria a Constituição que havia de lhe dar. Decisão esta que seria sempre sujeita à confirmação do Rei seu pai. E como a ordenação jurídica válida em Portugal não poderia aplicar-se ao Brasil, convocavam-se para o Rio de Janeiro as Cortes à moda antiga. Mal se espalhou na capital brasileira a notícia da decisão régia, correu por toda a cidade o grito de revolta. Os tumultos, que se ouviram no paço, deram a conhecer a D. João VI qual era a força do movimento constitucional. Os revoltosos exigiam o imediato juramento da Constituição que se estava fazendo em Lisboa e o Rei, vendo a impotência das tropas perante a multidão vociferante, resignou-se a jurar tudo quanto lhe pediam. Ficou então decidido que a Família Real regressaria a Portugal e o Príncipe Real ficaria no Brasil regendo o novo reino.

A 26 de Abril saía do Rio de Janeiro a esquadra que transportava a Família Real, com um séquito de quatro mil pessoas.

Em Lisboa muito caminho se tinha percorrido desde a eleição dos deputados. Reunido em finais de Janeiro o soberano congresso, tinha-se manifestado a preponderância dos "exaltados". Estavam votados os princípios constitucionais, que não agradavam aos partidários da monarquia tradicional nem aos do constitucionalismo cartista: *"A Nação é livre e independente e não pode ser património de ninguém. A ela somente pertence fazer, pelos seus Deputados juntos em Cortes, a sua Constituição, ou Lei Fundamental, sem dependências da sanção do Rei"*. Não havia hesitações quando se tratava de impor a nova ordem política. Por um decreto da regência, todo o português que se recusasse a jurar as bases da Constituição, ou a jurasse com reservas, perdia a nacionalidade e era expulso do território português. A primeira vítima foi o patriarca de Lisboa, que ousou tecer reservas sobre dois pontos das ditas bases, respeitantes às relações com a Igreja. Imediatamente se viu desterrado para longe da sua diocese. A aproximação da esquadra que trazia a Família Real, despertou naturais inquietações ao poder constituinte. Se os ministros de D. João VI punham a sua esperança na presença do Rei, para dar alento e vigor aos partidários do poder régio, também a regência punha aí os seus temores. Foram tomadas medidas excepcionais contra os possíveis excessos de sentimento monárquico. Em 3 de Julho eram declarados perturbadores do sossego público e sujeitos a punição, todos os que na recepção ao Rei levantassem outros vivas que não fossem à religião, às Cortes, à Constituição, ao Rei constitucional e à sua Real Família. O divórcio entre os governantes e o povo começava a dar sinais visíveis à vista nua. O desembarque do Rei não foi permitido de imediato. Antes disso decretou-se que no dia seguinte uma comissão fosse a bordo cumprimentar a Família Real, com toda a solenidade devida a tão ilustres pessoas, mas também com uma mensagem que dissipava todas as dúvidas sobre quem mandava. Sendo notório que Sua Majestade na sua viagem vinha ainda acompanhado de "várias pessoas que incorreram na indignação pública", por serem apontadas como autoras das desgraças da pátria, as Cortes não autorizavam o desembarque das figuras reprovadas no decreto que apresentaram ao Rei. Nos dias seguintes foi emitida a ordem de desterro aos principais conselheiros do Rei. Por simples decreto ficavam eles afastados da capital e obrigados a uma residência distante vinte léguas da corte e dez léguas de qualquer ponto da costa marítima. Mais uma vez o poder constituinte não vacilava na violação de elementares direitos constitucionais.

Se os ministros de D. João VI punham a sua esperança na presença do Rei, para dar alento e vigor aos partidários do poder régio, também a regência punha aí os seus temores.

D. João VI acomodou-se ao papel secundário que a Constituição lhe dava, mas o inverso se passou com a rainha. D. Carlota Joaquina recusou-se a jurar a Constituição, o que lhe acarretou de imediato a

Sessão das Cortes De Lisboa, Oscar Pereira da Silva, Acervo do Museu Paulista da USP

pena de exílio na quinta do Ramalhão. Aí se constituiu um centro de peregrinação para os descontentes, que iam crescendo em número de dia para dia. De todos os lados pululavam os clubes políticos e as sociedades secretas, que enchiam o país de exaltados libelos. Todos os actos políticos provocavam empolgados encómios de um lado, enfurecida repulsa do outro. O regime constitucional ia perdendo o apoio da Igreja e do Exército. O parlamento era dominado por juristas que planeavam ambiciosas reformas falando em nome das aspirações do povo oprimido. Mas conheciam melhor os códigos legislativos que as condições de trabalho nos campos. O Portugal antigo era um emaranhado tecido de distinções sociais e jurídicas, com os seus forais, as suas jurisdições privadas e os seus privilégios concelhios, aos quais os povos se sentiam estreitamente ligados. Os juristas do vintismo viam em tais peculiaridades meros obstáculos à unificação centralizadora do direito e por isso investiam com fúria justiceira contra elas. Quando os ímpetos reformadores das Cortes se voltaram para as províncias brasileiras, levantou-se uma fortíssima resistência, que agravou o estado de exaltação e descontentamento. Os homens que se tinham habituado a falar em nome da liberdade eram agora tratados como déspotas. As Cortes decidiram que o Príncipe Real havia de fazer uma viagem pelos países constitucionais da Europa, pois precisava de aprender o ofício de rei liberal. A decisão foi recebida no Brasil com um grito de revolta. O próprio Príncipe Real recusava as ordens vindas de Lisboa e acelerava os passos para a declaração de independência do Brasil. Os deputados brasileiros recusaram-se a jurar a Constituição Portuguesa e em 7 de Setembro D. Pedro lançava o grito do Ipiranga. A separação do Brasil tornou patente a incapacidade dos tribunos para erguerem o país do estado de abatimento em que se achava. Desde os primeiros meses de 1823 estalaram revoltas militares com carácter anti-constitucional. Nos finais de Maio o infante D. Miguel pôs-se à frente das tropas amotinadas e em poucos dias foi seguido por toda a guarnição militar de Lisboa, que lhe deu a força para pôr termo à primeira experiência constitucional portuguesa. Estavam definidos os contornos das três famílias que viriam a dar o tom à vida política portuguesa ao longo do século XIX: miguelistas, partidários da monarquia paternalista que conservasse os antigos foros e privilégios das povoações; cartistas, partidários da monarquia regida por uma Carta Constitucional outorgada pelo soberano; e vintistas, adeptos da monarquia limitada pelo sufrágio universal, embora muito indirecto.

FOTOGRAFIAS: Retiradas da obra *A Revolução Liberal de 1820/ The Liberal revolution of 1820*, de José Luís Cardoso, uma Edição do Clube do Colecionador dos Correios, CTT.

Daqui e Dali

"A costumeira intrigalhada à volta da eleição do presidente da república é o maior argumento a favor das monarquias constitucionais. Para que serve um Chefe de Estado que emerge deste pântano nauseabundo? Qual foi o último que deixou saudades?"

João Távora, 14 de Maio de 2020

REDESCOBRINDO O SENTIDO VITAL DA INSTITUIÇÃO MONÁRQUICA

Por Pedro Velez, Professor Universitário e Militante Monárquico

A presente degenerescência da comunidade política

As actuais comunidades políticas europeias acham-se em processo de degenerescência. Os sinais dos tempos têm sido sublinhados: um credo girando em torno da ideia do indivíduo-soberano (de uma noção de liberdade como autodeterminação individual absoluta) parece estar a ser imposto, de cima para baixo, como um horizonte social totalizante – um horizonte de «dissociedade», de pós-politicidade, de "desencantamento" e de dissolução das comunidades políticas concretas na sua identidade e eticidade. O consenso civil "pré-político" que (apesar de tudo) tem possibilitado a convivência política civilizada vai mirrando e estreitando. No pensamento político-constitucional (ainda) dominante, o poder legislativo e o poder governamental não conhecem verdadeiros limites. Os sistemas políticos revelam-se crescentemente como estruturas de tipo oligárquico-partidocrático.

Num tal cenário, não surpreende, pois, que ao espaço público das ideias regressem as perguntas sobre o ser e o sentido da existência política; nem que em sede de antropologia filosófica e de filosofia política se redescubra o homem "naturalmente" – e simultaneamente – (social-)comunitário, político e (simbólico-)religioso. Nem que a teoria constitucional sublinhe que nem só de momentos liberais-democráticos vivem ou podem viver as ordens liberais-democráticas, as quais não podem deixar de radicar num plano de concretude social e nacional-estatal.

É contra este pano de fundo que a instituição real se manifesta ou se pode manifestar eminentemente actual. Afigura-se nítido o seu ajustamento ou congruência em relação às agora notadas dimensões da condição humana cujo esquecimento unilateral ou unidimensional se faz sentir sob o signo da crise.

Genérica e caracteristicamente, as instituições reais, em si e por si, encarnam uma dimensão de representação comunitária-tradicional; nisso residindo, aliás, a sua autoridade independente

A uma tal luz se compreende também que a mais recente doutrinação monárquica insista em contrariar dinâmicas de desinstitucionalização que de longe vêm e se fazem ainda sentir no presente.

A resposta monárquica: a instituição real e a possibilidade de representação da comunidade política

A monarquia constitui, desde logo, condição de possibilidade de representação pública da comunidade política enquanto tal (como, entre nós, seminalmente sugeriu o Dr. Mário Saraiva, num célebre escrito sobre os poderes do Rei). Daí que o conceito mesmo de chefatura do Estado (ou do Presidente da República como representante do Estado), que encontramos nas constituições republicanas, seja, reconhecidamente, um conceito de derivação monárquica…ficando a república, por definição, sempre aquém desse seu melhor conceito mimetizado (a parte apenas podendo aspirar a representar o todo…).

Genérica e caracteristicamente, as instituições reais, em si e por si, encarnam uma dimensão de representação comunitária-tradicional; nisso residindo, aliás, a sua autoridade independente: referem-se à/simbolizam a comunidade política como um todo, um todo que é uma concreta realidade histórico-cultural de tempo longo. A sucessão familiar-hereditária e sua continuidade no tempo possibilitam a identificação e a directa "fusão de horizontes" entre uma família e um corpo político (uno e vivo)[1].

No e pelo que precede, a realeza significa, desde logo, a "visibilização" do imperativo do bem comum, horizonte esse que torna/deve tornar presente na vida pública e política (como tem sustentado o *red tory* Phillip Blond e até o "radical" Slavoj Žižek, em comentário sobre o «potencial emancipatório» de recente e mediático casamento real britânico). Daí também a régia vocação para realizar a integração da sociedade política e "puxar para cima" os seus "súbditos" (como assinalou Sabino Fernandez Campo, Ex-Chefe da Casa do ex-Rei de Espanha), bem como para s uster e elevar o moral e o *ethos* dos "estados que mantêm o Estado", os seus "grandes corpos" (como bem sublinhou o académico e político italiano Domenico Fisichella).

É a presença "supervisionante" e "futurante" da voz do tempo longo comunitário que configurações institucionais envolvendo a instituição real, e aqui e ali subsistentes, parecem querer aproveitar – pense-se, designadamente, na circunstância de o monarca norueguês e o seu herdeiro presidirem ao conselho de ministros.

A resposta monárquica: a instituição real e a «representação transcendental»

A monarquia parece ainda poder responder, de modo não patológico, à necessidade social e política de «representação transcendental» (para utilizar um conceito do filósofo Eric Voegelin). Pela sua inscrição no domínio do "simbólico", pela proveniência não electiva do monarca, pela dependência de elemen-

1. A natureza familiar da instituição real evocando ainda a sociedade como uma orgânica família de famílias (como salientou Álvaro D'Ors).

DE PORTUGAL PARA O MUNDO
Azeite que Sustenta e Ilumina

Na Herdade de Maria da Guarda, temos investido continuamente para melhorar a eficácia na colheita da azeitona e garantir a qualidade da produção de azeite.
E o nosso azeite sustenta e alimenta, hoje, milhares de famílias por todo o mundo.
Esta é a nossa realidade:

- 800 hectares de terra com mais de 1,3 milhões de oliveiras
- 2 mil toneladas de azeite por ano
- 99% da nossa produção exportada

Na Herdade de Maria da Guarda, temos investido continuamente para melhorar as condições dos nossos colaboradores e das comunidades a que estamos ligados, assim como para preservar o património nacional.
E o nosso azeite ilumina, hoje, a esperança de muitas outras famílias em Portugal.
Esta é a nossa realidade:

- Apoio financeiro a colaboradores com filhos pequenos
- Atribuição de Bolsas de Estudo
- Mecenato a instituições locais - Serpa e Beja - e nacionais nas áreas social, cultural e do património.
- Apoio para promoção de Portugal no Mundo.

Portugal faz bem !

HERDADE
Maria da Guarda
CASA AGRÍCOLA CORTEZ DE LOBÃO
DESDE 1779

FACEBOOOK.COM/ HERDADE MARIA DA GUARDA
WWW.MARIADAGUARDA.COM
hmglisboa@gmail.com
Telefone: +351 218 075 070

tos de ordem "cósmico-espontânea" (factor familiar, factor tempo), pela sua identificação com a comunidade política enquanto «corpo místico», pela ligação (formal ou informal) da coroa à religião tradicional do país que representa, a monarquia remete para um plano de transcendência.

Em certos casos, à referida dimensão "numinosa" da instituição estará mesmo associada a evocação da ideia de que a ordem política se deve achar submetida a uma «invariante moral» indisponível, a uma dimensão ética extra e supra-política (de radicação cristã)[2]. O que poderá parecer razoável num tempo em que o suposto *Homo Deus* se vê constrangido a reexaminar veleidades de omnipotência.

ARMAS DO PRÍNCIPE DA BEIRA
PROMESSA DE CONTINUIDADE PORTUGUESA.

Da revalorização da instituição real

No nosso tempo de crise da ordem política, as instituições reais, dadas as suas propriedades intrínsecas, mostram-se, pois, dotadas de redobrado sentido.

Desde logo a esse título, convirá reafirmá-las. Justificar-se-á uma sua reconstruída apresentação mais consciente, designadamente pelas próprias pessoas reais…

A uma tal luz se compreende também que a mais recente doutrinação monárquica insista em contrariar dinâmicas de desinstitucionalização que de longe vêm e se fazem ainda sentir no presente. Pensamos, por exemplo, em contributos dos pensadores anglo-católicos John Milbank e Adrian Pabst, sugerindo um reforço da *"voice"* da coroa na constituição britânica, num plano essencialmente moral-simbólico, é certo, mas também envolvendo uma sua mais activa intervenção na esfera pública e passando por uma certa expressão institucional (reformulação e acentuação do papel do chamado *Privy Council* do monarca). Num sentido de reforço da autoridade da coroa, se colocam outras propostas que, com originalidade, têm sido formuladas no pensamento político português hodierno. Pensamos, por exemplo, na ideia – que chegou a ser sugerida por António de Sampayo e Mello – de o chefe de Estado real poder não apor assinatura aos actos que julgue particularmente lesivos do bem comum, recusando-lhes a caução da autoridade independente que exprime a tradição nacional ("estigmatização" que persistirá mesmo que a ausência da assinatura régia possa ser suprida pela assinatura de um outro órgão do Estado). Temos também em mente a hipótese de a monarquia poder ser "naturalmente" associada a um enriquecimento dos esquemas disponíveis de representação política, no sentido desta poder abranger não só a multiplicidade dos indivíduos-cidadãos (um homem, um voto), mas também (numa segunda câmara, porventura) a pluralidade social, feita de "corpos sociais livres" (e de elites sociais, afinal), como sindicatos, Universidades (hipótese já aventada pelo chefe da Casa Real portuguesa). Linhas reformistas que poderiam ser complementadas, especulando ainda sobre outros possíveis tópicos de (re) edificação constitucional: porque não ligar à instituição real, pelo menos em parte, os órgãos de defesa e garantia da ordem constitucional (como um tribunal constitucional)? Ou mesmo, ainda que a um título mais acidental, a organização de um poder judicial independente? Tudo eventualmente apontando para uma "repetição não-idêntica" do clássico paradigma do regime misto.

Porque não ligar à instituição real, pelo menos em parte, os órgãos de defesa e garantia da ordem constitucional (como um tribunal constitucional)?

Da remonarquização/recomunitarização da cultura

Seja como for, mais do que eventuais transformações num estrito plano de *potestas*, de poderes jurídico-formais, parece afigurar-se de alta conveniência, em ordem a uma renovação do "espírito" da ordem social e política, pugnar por um reforço das instituições reais sobretudo em termos de *auctoritas* – de força moral-simbólica estruturante, digamos assim.

Nesse sentido, conviria reconstruir e difundir na cultura, em todos os seus estratos, o sentido realeza como representante da comunidade política enquanto comunidade política, da comunidade política na sua unidade, continuidade, "tradicionalidade" e abertura ao sagrado…o "sentimento" e a ideia do O Rei (ou da Rainha…) – oficiais ou não oficiais – como «a comunidade política com figura humana». Nisso e por isso, se redescobrindo a pertença comunitária e o desejo do bem comum.

Da monarquia como caminho de continuidade portuguesa

No caso português, reconhecendo publicamente a instituição (casa real portuguesa) que fundou e consolidou Portugal – elevando-a, idealmente, a um plano propriamente estatal –, tornar-se-ia visível, tangível e maximamente consciente uma sã vontade de continuar Portugal como comunidade política independente, na constância da sua identidade profunda.

2. Sobre a dimensão transcendente da monarquia tenha-se presente o pensamento de um Henrique Barrilaro Ruas. Extramuros, tenha-se em conta, no tempo presente, os escritos dos juspublicistas Miguel Ayuso (Espanha) e Danilo Castellano (Itália) ou de um Jean Raspail (França).

ENTREVISTA A

Infanta D. Maria

Francisca de Bragança

Duquesa de Coimbra

Quer falar um pouco de si? O que faz no seu dia-a-dia nestes tempos de crise sanitária?

Neste tempo de quarentena tive que mudar muito o meu dia. É tudo diferente, mais calmo, mas ao mesmo tempo mais angustiante por não podermos sair quando queremos. Tenho estado a passar o meu tempo com a minha família, a trabalhar numa empresa de nutrição clínica, a Nutrialma, a explorar e a estimular novas aprendizagens como línguas, a aprender a usar ferramentas como *Photoshop, Adobe Illustrator* e *AfterEffects*, entre outros. Tenho passeado sempre que posso, feito ioga e outros desportos.

Qual o seu desporto favorito? Pratica algum desporto?

Costumo fazer exercício no ginásio, mas o ano passado dei uma hipótese ao ioga, que ainda pratico hoje em dia. Antes praticava equitação e vela, mas agora não tenho tido oportunidade.

Gosta de ler? Quais os seus autores favoritos?

Gosto muito de ler. Miguel Esteves Cardoso está no topo da minha lista. Mas também aproveito para ler outros autores interessantes.

Viaja muito? Quais foram os seus destinos favoritos?

Felizmente tenho a sorte de poder viajar. Já tive a oportunidade de conhecer várias culturas. Posso parecer que sou tendenciosa, mas o meu destino preferido é, sem dúvida, Timor.

Está a gostar do curso de Comunicação Social e Cultural? O que está a pensar fazer após a licenciatura?

Gostei muito do curso, deu-me ferramentas para a vida. Licenciei-me em Fevereiro. Estou agora a trabalhar na parte da comunicação.

Tenho um orgulho enorme no meu pai, enquanto pessoa e em relação ao trabalho e dedicação com que se dá a Portugal. Não há ninguém que trabalhe tanto para este País e para os países de Língua Portuguesa, de uma forma tão desinteressada e tão pouco mediatizada

Onde gostaria de ingressar para uma primeira experiência profissional?

Estou a ter uma óptima experiência na Nutrialma, uma empresa de nutrição clínica que tem uma equipa muito simpática e que me acolheu muito bem. São todos óptimos profissionais com quem tenho aprendido e ajudam-me sempre que preciso.

Faz algum tipo de voluntariado? O que guarda dessas experiências?

Fiz vários tipos de voluntariado, já estive na Guiné durante as férias de Verão. O voluntariado mais recente que fiz foi no Banco Alimentar, onde estive no armazém a organizar a comida que depois é para ser distribuída.

E a sua ligação às Famílias Reais europeias? Cultiva essa ligação, pensa que é importante?

Acho muito importante cultivar essa ligação, não só porque se tratam de tios e primos, mas porque são famílias com o mesmo género de responsabilidades éticas e morais.

Como encara o papel do seu Pai, enquanto chefe da Casa Real Portuguesa e potencial herdeiro do trono?

Tenho um orgulho enorme no meu pai, enquanto pessoa e em relação ao trabalho e dedicação com que se dá a Portugal. Não há ninguém que trabalhe tanto para este País e para os países de Língua Portuguesa, de uma forma tão desinteressada e tão pouco mediatizada. Dou muito valor ao trabalho do meu Pai e a forma como assume o seu papel. Encara-o de forma humilde e tem como principal objectivo tornar Portugal num País melhor.

Tem consciência que será a terceira na linha de sucessão, como vê o seu papel?

Vejo-me como alguém nos bastidores. Estou mais resguardada, onde gosto de estar, mas estou sempre pronta para ajudar e dar a mão aos meus irmãos. Estou sempre pronta para os defender e proteger.

Como convive com esta realidade no seu dia-a-dia? Tem apoio dos amigos mais chegados?

Tenho muita sorte com o meu grupo de amigos. Eles percebem a minha situação, dão muito apoio e ao mesmo tempo são capazes de pôr isso de lado, rir comigo, de fazer aquelas brincadeiras saudáveis que só nos aproximam mais e nos tornam mais cúmplices uns dos outros. O meu grupo de amigos é como se fosse uma segunda família.

Como pensa que poderá contribuir para o ideal monárquico?

Acho que posso contribuir com uma presença genuína, humilde, e que seja útil.

Tem alguma ligação especial ao Brasil? Muitos brasileiros seguem as actividades da nossa causa em Portugal pelas redes sociais. Tem alguma mensagem para eles?

Sinto-me sempre muito bem no Brasil. A minha avó Maria Francisca era brasileira, a minha Mãe viveu no Brasil durante 15 anos e, por essas razões, a cultura brasileira esteve sempre muito presente através da música, livros, fotografias… Queria mandar um grande beijinho e dizer que os brasileiros têm uma forma de ser tão genuína e agradável, que não se encontra em nenhum outro sítio do mundo.

Tendo estudado comunicação social, o que pensa da situação dos *media*?

Quando a informação é séria e independente as pessoas acompanham com interesse. Quando não é independente pode levar a que muitas pessoas deixem de acreditar no que lêem e no que vêem. Talvez por isso é que muitos jovens se desinteressaram de ler os jornais ou seguir os noticiários na televisão.

Como vê a proliferação dos *new media*, nomeadamente meios *online*, blogues, redes sociais? Contribui para informar mais e de forma mais livre?

Acho que é uma realidade que ainda vai crescer. Os *new media* são muito importantes para a sociedade ter acesso a informação. No entanto, é muito fácil as informações serem manipuladas porque, em geral, ninguém é responsabilizado por isso. Felizmente há alguns jornais na internet que, como não precisam do dinheiro da publicidade, conseguem ser mais independentes.

Tenho muita sorte com o meu grupo de amigos. Eles percebem a minha situação, dão muito apoio e ao mesmo tempo são capazes de pôr isso de lado, rir comigo, de fazer aquelas brincadeiras saudáveis que só nos aproximam mais e nos tornam mais cúmplices uns dos outros.

Que características mais aprecia de Portugal?

O espírito de solidariedade e caridade da maioria dos Portugueses, que está a ser muito importante nesta altura. Acho notável a generosidade de quem trabalha na saúde, correndo perigo e tendo um trabalho muito cansativo. Também as organizações caritativas, religiosas e não religiosas, têm sido fantásticas, não esquecendo as forças de segurança e tantas outras pessoas que se têm dedicado em servir o nosso País. Aprecio muito o espírito de hospitalidade, a simpatia que em geral encontramos aqui e que todos os estrangeiros admiram e respeitam.

O que pensa das actuais políticas que seguimos? Portugal está no bom caminho?

Algumas políticas têm sido boas, mas é sempre mais fácil repararmos no que está errado.

O que gostaria de ver mudado?

Dever-se-iam promover políticas positivas. Dever-se-ia apoiar a cultura da vida em vez da cultura da morte; por exemplo, seria muito importante um maior apoio às mulheres e famílias que querem ter filhos.

Também acho que se deveria encorajar as iniciativas privadas que venham criar riqueza sustentável. Agora vemos como um país que não consegue produzir o que come corre o risco de se encontrar numa situação muito perigosa.

E o coronavírus, acha que vai mudar muita coisa na economia e hábitos de vida?

Tenho a certeza de que nos vai tornar mais responsáveis no campo da saúde e provavelmente poderá levar a que, finalmente, possamos desenvolver uma economia ao serviço das pessoas, e não as

pessoas ao serviço da economia.

Deveríamos começar a proteger a nossa economia e comprar o que é nosso. Assim poderíamos contribuir para que as nossas empresas e a nossos agricultores fossem mais bem-sucedidos.

Há mais de cem anos que em Portugal há óptimas cooperativas de produtores e de consumidores em vários sectores, mas a maior parte de nós não participa nelas. Eu sei disso graças ao meu pai.

Quando a [informação] não é independente pode levar a que muitas pessoas deixem de acreditar no que lêem e no que vêem. Talvez por isso é que muitos jovens se desinteressaram de ler os jornais ou seguir os noticiários na televisão.

Face aos desafios da actualidade, como as alterações climáticas e a ascensão dos populismos como vê o papel político e social dos jovens da Sua idade em Portugal?

É um papel fundamental porque os jovens em geral são mais criativos e verdadeiros. Não há um jovem que não se preocupe com o que se está a passar com as alterações climáticas. A minha geração é muito mais consciente e participante nas iniciativas para proteger o ambiente.

Quanto aos populismos, penso que são provocados por políticas que não correspondem na verdade às preocupações da população. A adesão e o apoio que se tem visto aos populismos deverão fazer-nos pensar.

Não há um jovem que não se preocupe com o que se está a passar com as alterações climáticas. A minha geração é muito mais consciente e participante nas iniciativas para proteger o ambiente.

Esta deve ser a geração portuguesa mais internacionalizada de sempre, com muitos jovens a estudar e trabalhar fora do país. Acha positivo? Esses jovens voltarão?

É positivo porque leva os jovens a aprenderem com os bons e os maus exemplos do que se faz nos outros países. Dá também a possibilidade de uma aproximação e abertura aos outros povos e a outras mentalidades. Quanto a se voltarão ou não, penso que sim, se tiverem a possibilidade de ganhar a vida aqui. Todos gostamos de poder ter experiências no estrangeiro mas não há nada melhor do que poder viver em Portugal. Temos também a preocupação em sermos úteis para o nosso País.

Na política internacional, considera que o Brexit vai alterar muito os equilíbrios da Europa? Acha que a Europa que temos tem futuro como bloco coeso?

O Brexit é um termómetro que reflecte as consequências de uma política europeia errada. A reacção dos ingleses foi, sobretudo, contra a imposição da abertura das fronteiras a uma entrada descontrolada de pessoas que não se iam integrar na sua cultura. Essa imposição causou essa reacção.

Outro exemplo chocante foi, agora nesta pandemia, o que se passou com a Itália e a Espanha, cujos povos não foram ajudados quando precisaram.

Portanto, voltando à sua pergunta, a actual União Europeia só terá futuro se mostrar inteligência, solidariedade, e diálogo verdadeiro entre todos os países.

O mundo tem mudado muito em termos políticos. Considera que os grandes líderes actuais estão à altura dos desafios que temos pela frente?

Acho que há poucos líderes que tenham uma cultura política e valores morais à altura dos desafios actuais, e ao mesmo tempo, a popularidade necessária para ganhar eleições. Felizmente ainda existem alguns.

Vale a pena continuar a trabalhar pelo ideal monárquico?

Vale a pena trabalhar pela defesa e progresso de Portugal e a alternativa monárquica é isso que propõe! Se compararmos o regime republicano português com as monarquias europeias, vemos que estas têm quase sempre governos mais eficazes e com uma visão a longo prazo. A figura do Rei ou Rainha têm uma grande força moral, embora o seu poder político seja hoje muito limitado. Nesta crise, foi impressionante o discurso da rainha de Inglaterra. Penso até que foi o discurso mais visto de todos...

Também recebi uma mensagem com a cópia da carta do nosso rei D. Carlos ao seu governo, durante

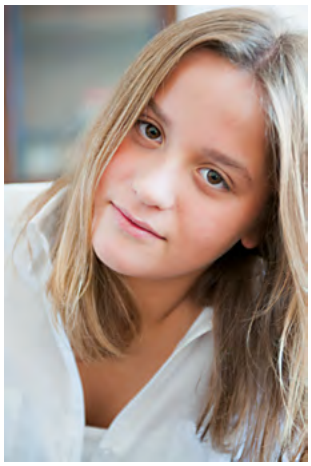
uma crise parecida, em que abdicava de 20% dos seus rendimentos em favor de Portugal. Até agora não vi ninguém a fazer o mesmo...

As estruturas monárquicas estão à altura para responder a este desafio?

As estruturas monárquicas funcionam quando os seus simpatizantes e associados participam e colaboram. Devia-se pensar em formas eficazes e modernas para se conseguir passar a mensagem de que a monarquia é o melhor sistema político actual. Aproveito para dar os parabéns a esta revista que tanto tem feito para isso.

Seria importante que todos procurássemos apoios para esta esta revista, que é a publicação oficial da Causa Real. Com mais publicidade paga, por exemplo, poderia ser muito mais divulgada. Outro jornal muito interessante é a Real Gazeta do Alto Minho editado na internet pela Real Associação do Alto Minho, em Viana do Castelo.

Acho fantástico que a Causa Real e as Reais Associações se tenham mobilizado para apoiar a Real Associação de Bombeiros Voluntários de Lisboa. Conseguiram juntar mais de 4.000€, que foram entregues no passado dia 7 de Maio. Já agora, parabéns!



Na sua opinião, o que falta fazer?

É preciso mudar a imagem do que é ser monárquico. Infelizmente, para muitos, ser-se monárquico é ser snob, emproado, etc. O que é completamente falso, mas é a imagem que muitos têm, devido a alguns maus exemplos. Há que mudar essa imagem e, claro, deve haver mais participação da parte dos monárquicos e dos simpatizantes nas iniciativas das Reais Associações. Elas são o que os seus associados delas fizerem.

A Juventude Monárquica Portuguesa conta com vários jovens da Sua idade. Pedimos-lhe que lhes enderece uma mensagem especial.

É muito importante o seu trabalho de levar aos jovens a cultura política, também para saberem explicar os motivos porque são monárquicos. Mas é também importante que essa acção seja feita de um modo aberto e moderno e evitem a imagem de um clube exclusivo, coisa que poderia afastar muitas pessoas válidas.

FOTOGRAFIAS: Gentilmente cedidas por ©Homem Cardoso à excepção da fotografia dos Infantes no Jantar dos Conjurados 2020 da autoria de ©Nuno Albuquerque

CONVIDADO ESPECIAL

Álvaro Meneses

Presidente da Real Associação de Viseu

- Um monárquico na linha da frente contra o novo coronavírus

Nasceu em Viseu, mais concretamente na Casa de S. Miguel (o último primogénito de várias gerações a lá nascer), na família Cardoso de Lemos de Menezes; licenciou-se em Medicina na Universidade de Coimbra e fez a especialidade de Medicina Geral, tendo mais tarde efectuado pós-graduação e especialização em Geriatria. Actualmente trabalha em Viseu, dividindo a sua actividade profissional por um hospital privado, instituições de residência de idosos e consultório.

Sinto-me monárquico desde os tempos de criança, época em que via entrar em minha casa diversos grupos que lá se reuniam, desde os jovens do Centro Beirão de Juventude Monárquica (orientado pelo meu Pai), até reputados monárquicos, como o Dr. Henrique Barrilaro Ruas (de que me lembro bem). Recordo a minha revolta com os "polícias à paisana" que saltavam os muros da quinta para tentar vigiar as reuniões (a que eu naturalmente não assistia, por ser miúdo). Isto, claro, antes de 1974.
Retenho também na memória, com saudade, os momentos em que acompanhava o meu pai às romagens a São Marcos e a outras reuniões monárquicas. Está também muito presente a recordação do meu tio Henrique Queirós de Athayde, outro dedicado e activíssimo monárquico.

Mais tarde, já com maiores capacidades para entender e reflectir, abracei com plena convicção o Ideal Monárquico, não duvidando de que só a Monarquia e o Rei preenchem totalmente a essência do Povo Português, sendo o garante da sua identidade e unidade no Futuro. O Rei representa todas as classes sociais e todas as facções. Reconheço-o como o verdadeiro defensor do Povo, da autêntica democracia e da república. Só na íntima ligação (biológica, sentimental e espiritual) do Rei com o Povo é que entendo o valor inestimável da Monarquia.

Como vem vivendo estas semanas da epidemia covid-19 em Viseu?

De repente, confrontamo-nos com uma situação que não imaginávamos vivenciar com esta dimensão e gravidade.

Como médico, não posso deixar de estar senão ao serviço dos doentes. Na minha vida profissional, sempre tomei todas as precauções para não contaminar os meus doentes, nem, naturalmente, me deixar contaminar por eles. E neste surto pandémico essas precauções têm de ser extraordinariamente reforçadas.

Não estando ainda na linha avançada contra esta doença, embora possa vir a estar quando as necessidades assim o exigirem, exerço neste momento na primeira linha. Esta será, quiçá, a mais perigosa, pois, não usando o equipamento de máxima protecção, corre-se altamente o risco de ter à nossa frente um doente que, na primeira abordagem não aparentando, esteja realmente infectado por este vírus malévolo. Não significa, no entanto, que estejamos totalmente desprotegidos.

Cada vez é maior o número de casos suspeitos, espelhando-se a ansiedade e o medo nos pacientes.

Quais foram os principais desafios que lhe foram colocados nas últimas semanas? Qual foi para si por estes dias o desafio mais difícil e qual o consolo mais reconfortante?

Nos lares de idosos é grande e exigente a nossa actuação para impedir a entrada deste vírus nestas comunidades. Tudo tem de ser pensado e decidido ao mínimo pormenor. Nada pode deixar de ser lembrado e de ser previsto. Apesar de darmos a maior atenção às indicações e determinações da DGS, não podemos ficar (nem ficámos) à espera delas. Este é certamente o maior desafio, impedir que a epidemia grasse naquelas pessoas frágeis, que apenas

desejam viver esta fase da sua existência com tranquilidade e bem-estar, depois de uma vida inteira de trabalho e de luta.

Como avalia a gestão da crise por parte do poder central?

O procedimento da DGS e da tutela tem sido o habitual noutras situações – tentar justificar, com dados científicos ou com determinações da OMS, as suas medidas prevalentemente políticas e economicistas.

Em criança via entrar em minha casa diversos grupos que lá se reuniam, desde os jovens do Centro Beirão de Juventude Monárquica (orientado pelo meu Pai), até reputados monárquicos, como o Dr. Henrique Barrilaro Ruas (de que me lembro bem).

Que desafios aguardam os portugueses nos próximos meses? Acredita que o tempo seco e quente do Verão permitirá um abrandamento do contágio?

Quanto à covid-19 e à SARS-cov2, esta última a versão mais grave da doença provocada pelo novo coronavírus, ainda não há um tratamento específico nem uma vacina. Desconhece-se, pois, quanto tempo irá demorar a situação actual. O risco de contágio aumentará quando, e se, for aliviado o confinamento. Nada prevê, com segurança, que o vírus se atenue ou desapareça no Verão. A grande preocupação surgirá se as pessoas começarem a facilitar. O cenário de uma segunda fase da pandemia é possível, e os antecedentes de outras pandemias mostram que a sua repetição foi pior que a primeira. Resta-nos o consolo de que a grande maioria dos infectados sobrevive, muitos deles com sintomas leves ou moderados. Fiquemos com a certeza de que esta ameaça irá passar. Oremos a Deus.

Inesperadamente, embora a ficção e as probabilidades a fizessem prever, [a Humanidade] deparou-se com uma súbita ameaça e tomou consciência da sua fragilidade e vulnerabilidade.

Alguma mensagem especial para os leitores do Correio Real?

Este calamitoso surto infeccioso vai, ninguém duvida, marcar indelevelmente o século XXI.

A Humanidade, do alto do pedestal que julgou ter definitivamente alcançado, pensou tudo controlar e mudar. Alterou a Natureza, mesmo a da própria espécie, a seu belo prazer e conforme as suas vontades e apetites. Preocupa-se, e com razão, com a preservação do seu Planeta, mas transformou essa preocupação em pretexto para instigar o ódio de classes ao serviço de certas ideologias. Viveu-se até agora no consumo desenfreado e na excessiva massificação do turismo. Inesperadamente, embora a ficção e as probabilidades a fizessem prever, deparou-se com uma súbita ameaça e tomou consciência da sua fragilidade e vulnerabilidade.

Será a altura para o Homem avaliar o quanto se afastou de Deus, muito embora não alinhe com quem aproveite para fazer julgamentos moralistas e atribua a pandemia a um castigo divino.

Aceito, sim, que seja uma provação, perante a qual Deus espera que a Humanidade reflicta nos caminhos errados e os abandone.

No que respeita aos monárquicos, neste momento que nos recorda a brevidade da vida, exorto-os a reconhecerem a verdadeira essência da Monarquia e a assumirem, com acções resolutas, a sua responsabilidade para com o País.

Estou certo de que Nossa Senhora da Conceição, Padroeira e Rainha de Portugal, zela por todos os portugueses.

Como médico, reforço os conselhos para cada um se recolher em suas casas e usar com rigor as chamadas medidas de higiene respiratória e a lavagem correcta e frequente das mãos. Este confinamento terminará mais cedo ou mais tarde, mas o regresso à vida normal será, necessariamente, diferente do que estávamos habituados.

Que Deus guarde a Família Real!

• Entrevista de João Távora

Regularização de Quotas:

Sabia que
toda a nossa actividade é financiada pelas quotizações dos sócios?

Cumpra a sua parte, ajude-nos a servir Portugal!

Apelo!

Contacte-nos: 213 428 115 Email: secretariado@reallisboa.pt

JUVENTUDE MONÁRQUICA PORTUGUESA

O movimento monárquico, à semelhança da maioria dos portugueses, está de quarentena. É um tempo de introspecção e trabalho invisível para nós. É também a altura em que nos apercebemos, mais do que nunca, da importância e qualidade de quem assegura o regular funcionamento do país: pessoal médico e auxiliar, das limpezas, supermercados, reposições e entregas, dos CTT, bancos e farmácias, entre muitos outros.

Conforme noticiado no nosso site, foi no final do ano passado que participámos no desafio proposto pelo presidente da Junta de Freguesia de Muge para continuarmos os nossos esforços de reflorestação, na procura da minimização dos danos provocados pelos tenebrosos fogos do último Verão. Contamos ter a 3.ª edição do programa Reflorestação Real ainda no corrente ano de 2020.

Orgulhosamente parte do Conselho Nacional de Juventude desde 2015, a JMP esteve activamente envolvida na eleição da Rita Saias para presidente da instituição. Além da presença na respectiva assembleia-geral, no dia 12 de Janeiro, tomámos parte na sua tomada de posse, com a presença das figuras governativas responsáveis pelas matérias de juventude e associativismo, no dia 17 de Fevereiro. A toda a direcção recém-eleita, muitos parabéns e votos de um bom trabalho!

Aproveitamos para comunicar que dada a actual situação, a marcação da assembleia-geral ordinária, que estatutariamente se realiza até ao final do primeiro trimestre de cada ano, aguarda o final do estado de emergência, para que possa concretizar-se em segurança.

Duque de Bragança entrega donativo da Real Associação de Lisboa aos Bombeiros Voluntários de Lisboa

A Real Associação de Lisboa (RAL) realizou, durante o mês de Abril pela internet, uma recolha de fundos para acudir aos Bombeiros Voluntários de Lisboa seus vizinhos na freguesia da Misericórdia. A esse apelo corresponderam numerosos associados e simpatizantes, tendo sido alcançada a verba de 4.296 euros. O cheque foi simbolicamente entregue no passado dia 7 de Maio, em frente ao quartel, pelo Chefe da Casa Real Portuguesa, o Duque de Bragança, a Rafael Amad, vice-presidente da Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lisboa para a área financeira. Presentes ao acto estiveram o comandante daquele corpo de bombeiros, Paulo Vitorino, e João Távora, presidente da Real Associação de Lisboa. A cerimónia de entrega decorreu ao ar livre e no respeito das distâncias de salubridade aconselhadas pela DGS.

Com esta acção pretendeu-se mitigar a grave crise de tesouraria de que sofre a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lisboa - uma das raras instituições portuguesas centenárias que preservaram a sua designação original - resultante da suspensão do transporte de doentes não-urgentes por motivo da crise de saúde pública causada pela epidemia de COVID-19.

A Direcção da RAL agradece a todos os doadores que apresentamos em seguida e ainda a todos aqueles que solicitaram o anonimato.

- Abílio Garcia Santos
- Adriano Milho Cordeiro
- Afonso Lázaro Albuquerque Corte-Real
- António da Conceição Manoel
- António Manuel Parente
- António Pinheiro Marques
- Arminda Alexandre Schiappa Campos
- Bento Morais Sarmento
- Carel Heringa
- Carlos Henrique Levita
- Cristopher St Victor de Pinho
- Diogo Cassiano Neves
- Eunice Silva Andrade
- Fernando Vieira Ferreira
- Filipe de Brito
- Francisco Sousa Machado
- Francisco Xavier Bragança Van Uden
- Frederico Mota
- Guilherme Botelho da Costa
- Henrique Pietra Torres
- Henrique Ramos da Costa
- Jaime Melo Saraiva
- João Lancastre e Távora
- João Diogo Rodrigues de Andrade Correia
- João Diogo Sousa Barroca
- João Maria Diniz Ornelas
- João Maria Ornelas do Rego
- João Miguel Aires de Campos
- João Pedro Borges Sampaio Maia
- João Saldanha de Sousa
- Jorge Castro
- Jorge Luís Santos
- José António Rocha Abreu
- José Barata Feio
- José Carlos S. Fernandes
- José Castro
- José Guilherme de Gois Unipessoal Lda
- José Magalhães Feijó
- José Manuel da Silva Araújo
- José Osório
- Luis Manuel Mendonça
- Manuel de Magalhães Barbosa
- Manuel Pinto de Lima Teixeira
- Maria Eugénia Oleastro
- Maria Guilhermina Sousa Prates
- Maria Isabel Outeiro
- Maria João Lencastre
- Maria Leonor Rivera de Carvalho
- Maria Luiza Garrett
- Maria Nazaré Santos Silva
- Mariana Ornelas do Rego
- Mario Celso Vilar
- Miguel Alvim
- Miguel Barreto
- Miguel Sanches
- Miguel Barbas Amorim
- Nuno Albuquerque
- Nuno França
- Nuno Pombo
- Nuno Rocha Bernardo
- Patrícia Sofia Soares
- Paulo Pereira Almeida
- Pedro Ferreira Carvalho
- Pedro Paes de Ramos
- Ricardo Freitas
- Rodrigo de Sousa Pinto
- Rui Manuel Ferreira
- Salvador Ulrich
- Tiago Matias
- Tomás José da Costa de Sousa Macedo •

© Nuno Albuquerque

CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI

JANTAR DOS CONJURADOS

A celebração anual da restauração da Independência organizada pela Causa Real com o apoio da Real Associação de Lisboa, realizou-se no dia 30 de Novembro de 2019, na Associação de Comércio e Indústria Portuguesa, em Lisboa, com a presença de muitos monárquicos. Antes do jantar, SAR o Duque de Bragança, leu a tradicional mensagem aos portugueses.

PRÉMIO GONÇALO RIBEIRO TELLES PARA O AMBIENTE E PAISAGEM

O prémio Gonçalo Ribeiro Telles para o Ambiente e Paisagem é uma iniciativa conjunta da Causa Real, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, da Ordem dos Engenheiros e da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, foi criado em 2019 e terá uma periodicidade anual, homenageando o arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, de 97 anos, que integra o Conselho Monárquico da Causa Real, entidade da qual partiu a iniciativa.

Este prémio destina-se a distinguir uma personalidade que se tenha destacado pelo seu trabalho no ambiente e na paisagem.

A primeira vencedora foi a arquitecta paisagista e engenheira agrónoma Teresa Andresen, pela sua intervenção relevante nas áreas da sustentabilidade ambiental e da paisagem urbana em Portugal, tendo a cerimónia de entrega do prémio decorrido no dia 10 de Janeiro, no auditório 2 da Fundação Calouste Gulbenkian, com a presença do Senhor Dom Duarte, do Presidente da República, de representantes de todas as instituições que criaram o prémio e muitos interessados.

Teresa Andresen, que se licenciou e leccionou no Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, é presidente da Associação Portuguesa dos Jardins Históricos e membro do Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi presidente da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas e dirigiu o Instituto da Conservação da Natureza (1996-1998), o Parque da Fundação de Serralves (2007-2009) e o Jardim Botânico do Porto (2007-2014).

FOTOGRAFIAS: © Nuno Albuquerque

CONGRESSO DA CAUSA REAL

No dia 11 de Janeiro em Leiria, a Causa Real promoveu o XXV Congresso, no qual foi apresentada a estratégia para o próximo ano e em que esteve presente o Senhor Dom Duarte.

No mesmo dia e também em Leiria, efectuou-se uma reunião do Conselho Superior da Causa Real.

REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

A mesa esteve cheia a 12 de Dezembro de 2019, para mais um "Conversas Reais", jantar tertúlia da Real Associação de Lisboa, que decorreu no restaurante Parlatório, para ouvir e conversar com Miguel Metelo de Seixas autor do livro "Quinas e Castelos: Sinais de Portugal" e presidente do Instituto Português de Heráldica, sobre os primórdios da heráldica, os símbolos nacionais e a sua evolução ao longo da nossa História. Num ambiente informal, a apresentação do convidado seduziu todos os presentes, sobre um tema de grande interesse para os monárquicos para quem a expressão da identidade no simbólico é um activo fundamental para a coesão nacional, porque só podemos proteger aquilo que conhecemos.

Quanto aos Roteiros Reais, mais um ocorreu a 25 de Janeiro, partindo-se à descoberta dos segredos do Hospital de S. José, antigo Colégio Jesuíta de Santo Antão-o-Novo. Os historiadores Joel Moedas Miguel e Carlos Boavida guiaram um pequeno mas interessado grupo pelas fabulosas estruturas do antigo colégio, como a sala do globo, a sacristia da antiga igreja, a biblioteca e outros fascinantes recantos pouco conhecidos.

No dia 1 de Fevereiro, na passagem de mais um ano sobre o trágico regicídio de 1908, a Real Associação de Lisboa cumpriu o doloroso dever de mandar celebrar uma missa de sufrágio pelas almas de Sua Majestade El-Rei Dom Carlos I e de Sua Alteza Real o Príncipe Dom Luiz Filipe.

© Nuno Albuquerque

A homenagem decorreu na Igreja de São Vicente de Fora, com a celebração eucarística a cargo do Reverendo Padre Gonçalo Portocarrero de Almada e a presença dos Duques de Bragança, além das significativas representações das Ordens de Malta, do Santo Sepulcro e de Nossa Senhora de Vila Viçosa e numerosa assistência.

No final da celebração Suas Altezas Reais os Senhores Duques de Bragança depuseram uma coroa de flores junto aos túmulos reais acompanhados pela presidente da Causa Real Teresa Côrte-Real e pelo presidente da Real Associação de Lisboa João de Lancastre e Távora.

Com sala novamente cheia, o restaurante Parlatório abrigou outra sessão das "Conversas Reais" no dia 20 de Fevereiro, com o convidado especial, o historiador e antigo director do Museu Nacional de Arte Antiga António Filipe Pimentel. Subordinado aos temas do 'Brexit' e do 'Megxit', a conversa acabou por se desenrolar à volta dos desafios e ameaças às monarquias na actualidade. •

© Nuno Albuquerque

ADIAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral para escrutínio do Relatório e Contas de 2019 da Real Associação de Lisboa convocada para o sábado dia 14 Março último foi adiada por indicação da mesa da Assembleia Geral.

Como é referido nessa comunicação, na altura enviada aos associados através dos nossos meios electrónicos, a decisão deveu-se à crise de saúde pública que então despontava e à necessidade de darmos um exemplo cívico não expondo os nossos associados a riscos desnecessários.

A Direcção da RAL, consciente da importância para a vida associativa do cumprimento desta norma estatutária, reagendará a sua Assembleia Geral tão breve quanto a crise sanitária o permita.

REAL ASSOCIAÇÃO DO PORTO

No dia **1 de Fevereiro,** como habitualmente, a Real Associação do Porto celebrou, na Paróquia de Cristo Rei, no Porto, uma **missa em memória do Rei Dom Carlos e do Príncipe Real Dom Luís Filipe,** celebrada pelo Pároco Frei José Carlos Lopes de Almeida, **com a presença de Sua Alteza Dom Miguel de Bragança, Duque de Viseu.**

A missa teve ainda a participação de uma delegação de Cavaleiros da Ordem Soberana e Militar de Malta com a presença do seu presidente, António Calheiros Ferraz, de uma delegação da Ordem de Cavalaria de Santo Sepulcro de Jerusalém liderada por Francisco Pinto Leite, comparecendo também vários membros da Real Irmandade das Almas de São José das Taipas e da Confraria do Vinho Verde e muitos associados e simpatizantes.

Após a missa, a direcção da Real Associação do Porto e alguns associados convidaram Sua Alteza Dom Miguel de Bragança, Duque de Viseu, que presidiu um agradável jantar, no *Lawn Tennis Clube da Foz,* que, mais uma vez, nos recebeu muito bem.

Confrontada por uma nova realidade - a pandemia do novo Coronavírus – COVID 19, para a qual ninguém estava preparado, e tendo em conta a sua evolução, a Real Associação do Porto viu-se obrigada a suspender as suas actividades a partir do mês de Março.

No entanto, mantivemos a aproximação com os nossos associados em forma de palavras, partilha de intenções, "boas vibrações", mostrando que nos encontrávamos solidários, neste momento tão difícil.

A Real Associação do Porto continuou a dar informações aos seus associados, tendo, designadamente divulgado a mensagem que, face ao actual problema de saúde pública que Portugal e o mundo atravessam, Sua Alteza Real, o Senhor D. Duarte, Duque de Bragança, deixou aos portugueses. A mensagem de Sua Alteza Real foi de reconhecimento, agradecimento, conforto e esperança a todos os portugueses!

Tendo em vista salvaguardar a saúde de todos, a Real Associação do Porto não realizou ainda a sua Assembleia Geral Anual, que, nas circunstâncias actuais se prevê que só venha a ter lugar em Julho ou Setembro.

Pretendemos, quando for possível, retomar as nossas actividades, designadamente o lançamento do livro "A Liberdade Portuguesa" de Henrique Barrilaro Ruas, em parceria com a Real Associação de Lisboa, que estava previsto e teve de ser adiado. Trata-se de uma muito interessante e inspiradora antologia póstuma de textos dispersos de Henrique Barrilaro Ruas, compilada por Vasco Rosa e com prefácio do jornalista Nuno Miguel Guedes, publicada sob a chancela *Razões Reais,* no ano em que a Real Associação de Lisboa celebra os seus 30 anos.

Na certeza que o lançamento no Porto também será um êxito, lembramos que Henrique Barrilaro Ruas se distinguiu pela incansável militância e acção política pela Monarquia, que teve como apogeu a sua eleição para a Assembleia da República pelas listas da Aliança Democrática.

Terminamos desejando à Família Real, aos associados e simpatizantes da nossa Causa e a todos que tenham saúde e fiquem bem, sem perder a esperança num amanhã melhor. •

Jorge Leão,
Presidente da Real Associação do Porto

REAL ASSOCIAÇÃO DA ILHA DE SÃO MIGUEL

A Real Associação da Ilha de São Miguel (RAISM) promoveu o seu 1º Jantar dos Conjurados no Restaurante Colmeia em 30 de Novembro de 2019.
Evocando os 130 anos da Aclamação de El-Rei D. Carlos I, de Portugal e dos Algarves - em 28 de Dezembro de 1889, a Real Associação da Ilha de São Miguel (RAISM), com o fulcral e pronto apoio do Museu Carlos Machado, promoveu a 28 de Dezembro de 2019, um evento de cariz interactivo e dinâmico, de índole histórico-científica numa viagem que procurou percorrer os contextos científicos da segunda metade do século XIX, com destaque para a importância das campanhas oceanográficas empreendidas pelo Rei D. Carlos e pelo Príncipe Alberto I do Mónaco, de onde resultaram diversos trabalhos de grande valor científico. O conservador do Museu, Paulo Constância, falou sobre a verdadeira dimensão científica de El-Rei D. Carlos no que toca à oceanografia nos mares dos Açores. Todos saíram deste evento a saber bastante mais acerca de D. Carlos, do Príncipe Alberto I do Mónaco, da história geológica e oceanográfica açoriana e, até mesmo, por via indirecta, sobre a autonomia desta Região cuja formalização se deveu ao nosso monarca sob homenagem.
Por ocasião dos 112 anos do Regicídio, a RAISM evocou este facto histórico, em honra de El-Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luís Filipe, na missa 1 de Fevereiro, celebrada pelo Cónego da Sé de Angra, Reverendo Padre João Maria Vieira Tavares de Brum, na Igreja de São Pedro, cujo estatuto de Capela Real foi dado início por vontade de D. Pedro IV, aquando da sua estadia em São Miguel, em 1832, e posteriormente formalizada por D. Carlos, por alvará assinado, a 15 de Março de 1895. •

REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU

Visita de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte de Bragança e de Sua Alteza Real o Senhor Dom Afonso de Santa Maria, Príncipe da Beira a Sernancelhe e Viseu

No dia 9 de Novembro de 2019, Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte de Bragança e Sua Alteza Real o Senhor Dom Afonso de Santa Maria, Príncipe da Beira, foram entronizados confrades honorários da Confraria da Maçã Portuguesa. A cerimónia, organizada conjuntamente com a Confraria da Castanha do Souto da Lapa, contou com a presença de 57 confrarias gastronómicas de todo o País. Estiveram presentes os senhores presidentes das Câmaras de Sernancelhe, Moimenta da Beira e Penedono.

A sessão solene realizou-se no auditório municipal de Sernancelhe, realçando-se as excelentes oratórias dos presidentes das Câmaras, de Alberto Correia, grão-mestre da Confraria da Castanha, e de Olga Cavaleiro, presidente da Associação Nacional das Confrarias Gastronómicas. Todas as intervenções enfatizaram a grande importância da agricultura e da gastronomia na identidade e unidade do Povo português e no desenvolvimento regional. A cerimónia de entronização realizou-se na Igreja Matriz de Sernancelhe.

No mesmo dia, foram Suas Altezas Reais convidadas a estar presentes no jantar de Gala Solidária da Freguesia de Viseu.

A Real Associação de Viseu teve contributo activo nestas efemérides e esteve presente Teresa Corte Real, presidente da Causa Real.

A 30 de Novembro, também a RAV promoveu um Jantar de Conjurados no Restaurante "Porta 64" em Viseu, tendo homenageado os valorosos Conjurados junto ao padrão da Restauração.

A Real Associação de Viseu tem o penoso dever de comunicar o recente falecimento de Maria Manuela Domingues Freire de Oliveira e Ramalho, vogal da Assembleia Geral. A seu marido, filhas, genros, netos e restante família, apresentamos sentidas condolências. •

REAL ASSOCIAÇÃO DE VIANA DO CASTELO

Neste semestre, a Real Associação de Viana do Castelo já produziu três edições do seu jornal digital, a Real Gazeta do Alto Minho, a nº 21 em Dezembro (ver em https://bit.ly/35NKnSs) a nº 22 em Fevereiro (ver em https://bit.ly/2uEmzDU) e a nº 23, já em Abril (ver em https://bit.ly/2VbPoRd) cujos conteúdos são sempre muito interessantes.

No dia 1 de Fevereiro, na Sé Catedral de Viana do Castelo, a RAVC mandou celebrar uma missa de sufrágio pelas almas de Sua Majestade El-Rei Dom Carlos I e de Sua Alteza Real o Príncipe Dom Luiz Filipe, barbara e covardemente assassinados em 1908. •

ADIAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL

Devido à pandemia do COVID–19 e às recomendações que vêm sendo feitas, a Assembleia Geral da Real Associação de Viana do Castelo, convocada para o dia 28 de Março, foi desmarcada e será reagendada para nova data a comunicar oportunamente.

REAL ASSOCIAÇÃO DE BRAGA

Em associação com a Real Associação de Viana do Castelo, a Real Associação de Braga realizou o "Jantar dos Conjurados" no Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Segurança Social e Saúde de Braga, com a presença de António Lemos Soares, docente da Escola de Direito da Universidade do Minho, que fez uma intervenção sobre o tema "A Restauração de 1640 - A Recuperação da Liberdade Portuguesa". As verbas angariadas com o jantar reverteram para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

A Real Associação de Braga, como é sua tradição e dever, mandou celebrar, no dia 1 de Fevereiro, uma missa em sufrágio pelas almas de SS.AA.RR. o Senhor Dom Carlos I e ao Príncipe Real Dom Luís Filipe, na Sé Primaz de Braga, por ocasião do 112º aniversário do Regicídio. •

REAL ASSOCIAÇÃO DA MADEIRA E DO PORTO SANTO

A Real Associação da Madeira e do Porto Santo organizou a 11 de Janeiro, no Hotel-Quinta da Penha de França – Joe's Restaurant, um jantar comemorativo da reunião do Senado do dia 13 de Janeiro de 1641 em que a população do Arquipélago da Madeira se juntou e decidiu aclamar, por voto democrático, Dom João IV como Rei de Portugal.

No mais estrito respeito pelo espírito que presidiu ao Senado da Câmara do Funchal, que aí se comemora, a organização pretendeu que o Jantar do Senado fosse a oportunidade para uma reunião apartidária onde se apresentassem e discutissem temas e desafios que se colocam à sociedade na actualidade.

Presta-se assim homenagem, por um lado, à capacidade demonstrada pela população da Madeira do Séc. XVII em tomar o comando dos seus destinos e, por outro, o respeito com que a decisão da população foi tratada pelo Reino de Portugal.

O evento deste ano teve como orador convidado André Pereira da Silva que apresentou uma palestra subordinada ao tema: "As alterações climáticas e a gestão do território" seguindo-se um debate deveras interessante e muito actual. •

REAL ASSOCIAÇÃO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Celebração do 1º de Dezembro

A fim de comemorar a Restauração da Independência Nacional, a Real Associação de Trás-os-Montes e Alto Douro organizou um almoço, em Vila Real, que contou com a presença de várias dezenas de associados.

Cumprindo o programa deste encontro, o final da refeição deu lugar a uma série de intervenções, à laia de tertúlia, durante a qual vários associados se pronunciaram acerca do impacto das incursões de Paiva Couceiro e da Monarquia do Norte nas várias regiões da Província de Trás-os-Montes, na segunda década do séc. XX.

Esta celebração revelou-se muito interessante, tendo gerado um produtivo ambiente de troca de conhecimentos e debate, que contou com a vasta e entusiástica participação dos presentes. •

REAL ASSOCIAÇÃO DA BEIRA INTERIOR

A Real Associação da Beira Interior prosseguiu com as suas actividades, organizando diversas conferências no território em que se insere.

Assim, a 20 de Novembro, ocorreu uma palestra sobre "O Sistema Político Português – Renovação ou Estagnação", no Fórum Cultural de Idanha-a-Nova, com apoio da respectiva Câmara Municipal, sendo orador convidado o académico, professor, investigador e assessor de imprensa Jorge Fraqueiro. Além do orador, estiveram na mesa a vice-presidente da Câmara Municipal, Idalina Costa, e o vice-presidente da Real Associação da Beira Interior, Luís Duque-Vieira.

Já a 25 de Novembro, foi a vez da Biblioteca de Alcains, com uma conferência sobre "Nossa Senhora da Conceição", também padroeira de Alcains, num evento apoiado pelas Tardes de Alcains/Universidade Popular, tendo sido orador convidado o alcainense, cronista, professor, teólogo e historiador Florentino Vicente Beirão. Na mesa estiveram o orador, as responsá-

veis das Tardes de Alcains / Universidade Popular, Cristina Granada e Manuela Lopes, a coordenadora e orientadora da acção de formação profissional de Gestão de Eventos, Carla Dias, e Luís Duque-Vieira.

A palestra "Natal Pagão e Natal Cristão", teve lugar a 30 de Novembro no edifício da Junta de Freguesia de Pêro Viseu com o apoio da Junta de Freguesia e a 8 de Dezembro no polidesportivo de Fundada, também com o apoio da respectiva Junta de Freguesia.

O orador convidado foi Florentino Vicente Beirão e os músicos Solange Sousa Branco e Tom Hamilton.

Estiveram presentes na mesa em Pêro Viseu, o presidente da Junta de Freguesia, Pedro Mesquita, o vice-presidente da Real Associação da Beira Interior, Luís Duque-Vieira e o associado da Real Associação da Beira Interior, Carlos Vaz-Pardal.

Em Fundada, a mesa era composta pelo orador, pelo presidente da Junta de Freguesia de Fundada, Manuel Mendes e pelo presidente da Juventude Monárquica da Real Associação da Beira Interior, Rui Mateus, tendo o evento contado ainda com a presença do Pároco de Fundada, Padre João Pires Coelho, do presidente do Clube Cultural de Desportivo de Fundada, José António Martins Domingos, e o professor e historiador António Manuel Silva

O ano de 2020 começou com uma conferência de Florentino Vicente Beirão sobre "São Sebastião", em 20 de Janeiro na Biblioteca de Alcains, com o habitual apoio das "Tardes de Alcains". Além do orador, na mesa estiveram a representante das "Tardes de Alcains", Manuela Lopes e Luís Duque-Vieira. Esteve presente no evento a fundadora das "Tardes de Alcains", Cristina Granada.

A 2 de Fevereiro, a Real Associação da Beira Interior mandou celebrar missa em sufrágio pelas almas de SS.AA.RR. o Senhor Dom Carlos I e do Príncipe Real Dom Luís Filipe na Igreja Matriz de São Lourenço, em Póvoa de Rio de Moinhos

Ainda em Fevereiro, no dia 22, a RABI organizou uma palestra na Biblioteca Municipal de Castelo Branco com apoio da Câmara Municipal. O orador convidado foi o investigador, professor e poeta albicastrense António Salvado, que lançou a questão "Já Leram a Poesia do Entrudo/Carnaval da nossa Região?". Na mesa esteve também Rui Mateus e no final, Manuel Costa Alves, Maria de Lurdes Barata, Adelaide Correia e Maria de Lurdes Gonçalves recitaram uma Chacota Popular Carnavalesca – Chorar o Entrudo

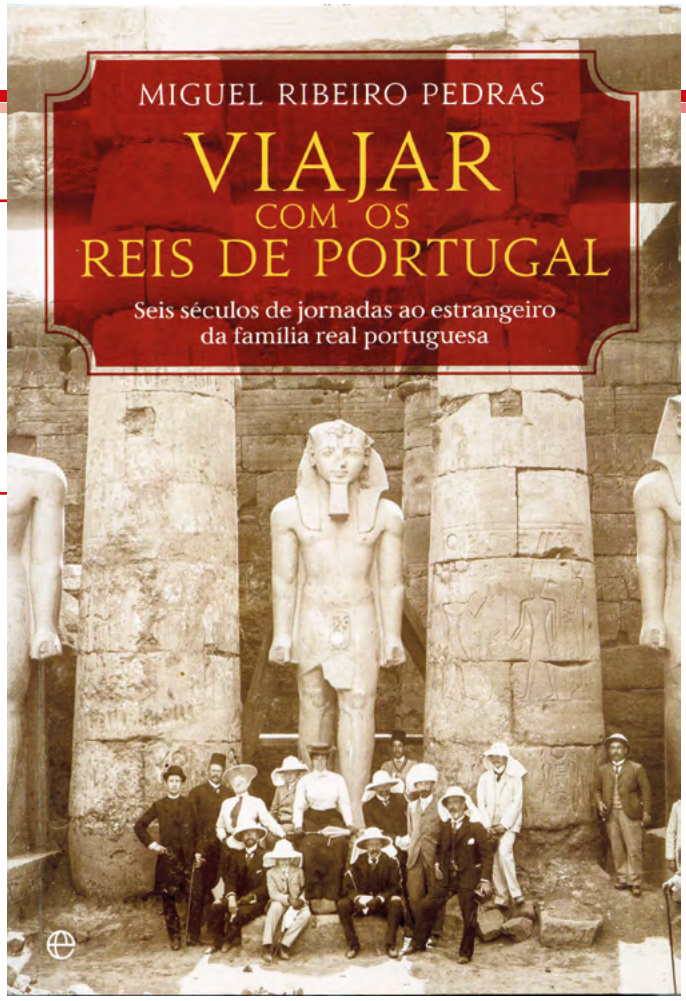
Com o apoio da União de Freguesias de Proença-a-Nova e Peral, e no salão nobre do edifício da Junta, decorreu no dia 27 de Fevereiro, uma conferência sobre "Pedro da Fonseca S. J.". pelo professor, investigador e historiador António Manuel Silva que nos últimos anos se tem dedicado ao estudo da História Local e Regional do Pinhal Interior Sul. A mesa era composta pelo orador, pelo vice-presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, João Manso, pelo presidente da União de Freguesias de Proença-a-Nova e Peral, Pedro Lopes e pelo presidente da Juventude Monárquica da Real Associação da Beira Interior, Rui Mateus.

Já no dia 1 de Março, a Real Associação da Beira Interior e a Associação Squalius, organizaram uma palestra com apoio da União de Freguesias de Escalos de Cima e Lousa, sobre "Escalos de Cima no Contexto Cultural da Beira-Baixa", no Salão Paroquial de Escalos de Cima, tendo a oradora convidada sido a professora, investigadora e geógrafa Maria Adelaide Neto Salvado. Na mesa estiveram também o presidente da União de Freguesias de Escalos de Cima e Lousa, João Miguel Baltazar, o presidente da Associação Squalius, Miguel Rijo e Rui Mateus.

A Real Associação da Beira Interior, pretendendo dar o exemplo em consequência das medidas aconselhadas e decretadas pelas entidades responsáveis de saúde e de órgãos de poder, cancelou todas as restantes actividades previstas para 2020 até indicações contrárias, devido à pandemia que infelizmente assola o Mundo e o nosso país. •

30 ANOS REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI

Para assinalar o 30º aniversário da sua fundação, a Real Associação de Lisboa mandou emitir um elegante selo dos CTT, em edição limitada, disponível para aquisição na sede da Praça Luís de Camões ou através do sítio **reallisboa.pt.**



FICHA TÉCNICA

Título: Viajar com os Reis de Portugal. Seis séculos de jornadas ao estrangeiro da família real portuguesa
Autor: Miguel Ribeiro Pedras
Editor: Esfera do Livro, Lisboa, 2020
Páginas: 239
Preço: 19,00€

Tendo dedicado a sua tese de mestrado à viagem do príncipe D. Luís Filipe às colónias africanas, em 1907, tal como foi vista pela imprensa nacional, o jovem autor de apenas 31 anos tomou contacto com um filão historiográfico razoavelmente sugestivo e de sedução garantida, e — impulsionado pelo interesse da editora Rita Veiga — decidiu explorá-lo ainda mais, percorrendo claramente os trilhos já abertos pelos trabalhos de historiadores e biógrafos régios, uns mais recentes do que outros mas mesmo assim tão suficientemente destacados na memória de quem se interessa por estas coisas que não surpreende encontrá-los amiúde nas notas ao texto.

O próprio autor o admite, quando escreve «quem, com mais detalhe, se dedicou às andanças do infante [D. Pedro, dito das sete partidas, 1392-1449] pela Europa foi um académico americano, de seu nome Francis M. Rogers e, como tal, o seu trabalho tornou-se o pilar deste capítulo» (p. 33). No caso de D. Pedro V, cujo notável périplo europeu em 1854-55 justifica plenamente o título do respectivo capítulo («Visitar para reinar», pp. 65-93), a biografia do monarca publicada em 2005 por Maria Filomena Mónica foi a fonte evidente da narrativa aqui exposta, ainda que se possa dizer — com considerável incredulidade — que a Miguel Ribeiro Pedras escapou o volume dedicado ao tema por Filipa Lowdnes Vicente *Viagens e Exposições: D. Pedro V na Europa do Século XIX* (Gótica, 2003, 363 pp.) ou a correspondência do viajante para seu tio, o príncipe Alberto, anos antes recolhida e comentada pela primeira destas autoras (ed. Quetzal e Instituto de Ciências Sociais, 2000, 379 pp.). Da mesma maneira, ninguém de bom senso lhe haveria de pedir que suplantasse a magistral biografia de D. Carlos por Rui Ramos (2006) no entendimento da acção do «rei-diplomata», porém o tom demasiado descritivo da agenda régia — colhido do noticiário do *Diário Ilustrado*, que o autor segue a par e passo, coluna a coluna — subavalia os esforços do monarca português num período tão exigente e conturbado de vida internacional, quando haveria de reclamar outro fôlego de atenção à história diplomática.
No capítulo dedicado à viagem de D. Amélia e seus filhos ao Egipto, pelo norte de África e com regresso por Palermo, Nápoles e Pompeia, Côte d'Azur e Paris, sem eles, o autor — no trilho das biografias de José Alberto Ribeiro (2013) e de Margarida Durães (2012) — deixa de lado o valor desta viagem para a boa ilustração dos príncipes, da mesma maneira que desperdiça a oportunidade para incorporar na sua narrativa o gosto da rainha pela arte fotográfica, *igualmente passada dos pais aos filhos*, uma faceta de notória modernidade, tanto de praticante exímia e regular quanto de visita curiosa aos grandes estúdios profissionais nas capitais europeias, que em anos muito recentes foi a justo título posta em evidência através de livros e exposições (e à qual aparentemente reconheceu simpatia, ao escolher para capa do seu livro precisamente uma imagem dessa viagem de 1903, pertencente a álbum hoje perfeitamente identificado nos arquivos nacionais dessa viagem mediterrânica). E sobre a viagem de D. Fernando Coburgo à Andaluzia e Marrocos, na primavera de 1856, o autor dá mostras de não ter levado em suficiente consideração o interesse — senão mesmo o fascínio — do «rei-artista» pela azulejaria árabe, que, aliás, tanto se repercute no Palácio da Pena, ao reduzir a sua visita ao Alhambra — talvez uma semana — à expressão mínima e imprudente de «No itinerário constou ainda a cidade de Granada» (p. 101). Também a figura do consorte patrocinador das artes e indústrias, coleccionador e *marchand d'art*, e instigador de artistas portugueses, foi nos últimos tempos igualmente conduzida a um retrato

Miguel Ribeiro Pedras tomou contacto com um filão historiográfico razoavelmente sugestivo e de sedução garantida, percorrendo claramente os trilhos já abertos pelos trabalhos de historiadores e biógrafos régios.

Visita do rei Dom Carlos e Rainha D. Amélia aos Açores em 1901

mais completo, por iniciativa precisamente da Sociedade Monte da Lua, de Sintra, por ocasião do bicentenário do seu nascimento (2016), o que recomendava, na nossa opinião, claro está, ao autor deste livro um esforço ou reforço de incisão maior do que básica narrativa dos *fait-divers* e das situações protocolares das viagens de turismo e recreio conjugal.

Outro lote de reservas deve ser colocado à descrição das viagens d'el-rei D. Manuel II a Londres, Madrid e Paris, nos dificílimos anos 1909-10. Uma vez mais, não é apenas a reduzida diversidade de fontes históricas que limita a abordagem e narrativa, é também a redução da personalidade e dos fortes interesses culturais do jovem monarca, tornando, por exemplo, a visita ao Museu do Prado, ao Escorial e a Toledo formalidades protocolares como quaisquer outras. O facto de ele e Afonso XIII de Espanha, serem à época os dois mais novos monarcas da Europa, é igualmente negligenciado. Em Paris, o interesse de D. Manuel II em conhecer um modelar e extenso bairro operário mandado construído pelo capitalista Barão de Rothschild, em visita guiada por este, é desligado da preocupação assistencialista que o rei de apenas 20 anos já demonstrara no nosso país, aquando do terramoto de Benavente ou das cheias do Porto, e continuaria mais tarde, no exílio londrino, em hospitais militares, todo um trabalho voluntarioso que «lhe grangeou um certo grau de poeminência e prestígio, que chegou a ser temido pela República Portuguesa», como escreveu Clara Macedo Cabral no livro *The Last King of Portugal and Maggs. An Anglo-Portuguese Alliance* (2015), dedicado à extraordinária bibliofilia do rei, de que instituiu herdeiro «o povo português».

No capítulo dedicado à viagem de D. Amélia e seus filhos ao Egipto, o autor deixa de lado o valor desta viagem para a boa ilustração dos príncipes e desperdiça a oportunidade de referir o gosto da rainha pela arte fotográfica

Duas narrativas escapam ao rigor da expressão *viagens ao estrangeiro* inscrita no título do livro: a deslocação do infante D. Afonso à Índia Portuguesa em 1895, para acudir a conflito local; e o périplo do príncipe real D. Luís Filipe pelas colónias africanas, em 1907, para acalmar suspeições britânicas sobre o verdadeiro término da escravatura nas roças cacaueiras de São Tomé e Príncipe. Mas aceita-se a intenção do autor, pois a presença de membros da família real em qualquer um destes quadros coloniais teve o efeito agregador e pacificador condizente com o seu estatuto simbólico. Mas também aí — para efeitos de coerência — importaria ter acompanhado e valorizado a viagem de D. Amélia e D. Carlos aos Açores e à Madeira, realizada em 1901 e ainda hoje de boa memória: na ilha Terceira, destaca-se um bolo criado por ocasião dessa visita que ficou com o nome da rainha; e no museu da Horta, o primeiro objecto em exposição é o cadeirão em que o rei se sentou na sua chegada ao Faial...

• Vasco Rosa

Testemunhos de uma geração

Ensaios e crónicas de:

António de Souza-Cardoso
Augusto Ferreira do Amaral
Carlos Bobone
Diogo Tomás
Francisco Teles da Gama
João Mattos e Silva
João Távora
João Vacas
Joaquim Costa e Nora
Jorge Leão
José Adelino Maltez
José Manuel Quintas
Leonor Martins de Carvalho
Luís Barata
Manuel Braga da Cruz
Miguel Castelo-Branco
Nuno Castelo-Branco
Nuno Pombo
Nuno Resende
Paulo Cunha Porto
Paulo Teixeira Pinto
Pe. Pedro Quintela
Samuel de Paiva Pires
Teresa Côrte-Real
Teresa Maria Martins de Carvalho
Vasco Rosa
Dom Vasco Teles da Gama

A lançar brevemente!

Prémio Príncipe da Beira Ciências Biomédicas

O prémio Príncipe da Beira Ciências Biomédicas foi instituído pela Fundação D. Manuel II, a Universidade do Minho e o município de Guimarães e o seu objectivo é premiar anualmente a excelência da investigação, contribuindo para abrir novos caminhos na investigação das ciências biomédicas e colaborar para o desenvolvimento de terapias avançadas e impulsionar o desenvolvimento de uma nova geração de investigadores com formação focada naquela área científica. Assim, visa distinguir um investigador de excelência na área, com menos de 40 anos de idade, pretendendo apoiar o seu plano de pós-graduação a realizar numa instituição de I&D nacional e/ou estrangeira.

Do júri fazem parte diversas personalidades e cientistas, como Manuel Braga da Cruz, Rui L. Reis, Miguel Oliveira, Adalberto Neiva de Oliveira, Adelina Paula Pinto e António Ferreira.

Após a análise das 44 candidaturas, a vencedora foi Ana Catarina Macedo, investigadora do IPO-Porto, pelo seu trabalho de investigação ligado ao cancro do esófago, tendo Raquel Faria, especialista em Medicina Interna do Hospital de Santo António do Porto, recebido uma menção honrosa pelo seu trabalho de investigação ligado ao Lúpus eritematoso sistémico, doença auto-imune debilitante e imprevisível.

A entrega do prémio realizou-se a 4 de Fevereiro, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Guimarães, e contou com a presença de S. A. R. o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança e representantes de todas as entidades envolvidas, nomeadamente da Universidade do Minho, da Câmara Municipal de Guimarães e da Fundação D. Manuel II, bem como de José Aníbal Marinho, presidente da direcção da Real Associação de Viana do Castelo, Gonçalo Pimenta de Castro, presidente da congénere de Braga, assim como Jorge Leão, presidente da Real Associação do Porto.

Na sua alocução Dom Duarte, referiu que Portugal foi sempre grande "quando soube abrir-se ao mundo" e que as descobertas geográficas e humanas que Portugal encetou foram promotoras de progresso científico. Vincou também a importância do Prémio Príncipe da Beira que, como outros prémios de investigação, tem o dom de permitir a inovação e o avanço na área científica.

Solidariedade Social

No âmbito das actividades de solidariedade social da Fundação Dom Manuel II, através do seu Presidente, S.A.R., o Senhor Dom Duarte de Bragança, concretizaram-se acções de apoio a várias instituições apoiando assim o esforço nacional de combate à pandemia do COVID19.

No dia 2 de Abril foram doadas máscaras de protecção individual para os profissionais de saúde ao Hospital de Setúbal, entregues por S.A.R., o Senhor Dom Afonso de Bragança e no dia 6, Dom Duarte Pio de Bragança e o seu filho, Dom Afonso de Bragança, entregaram máscaras de protecção aos bombeiros da Real Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Lisboa.

Nos dias seguintes, as Irmãzinhas dos Pobres, os Missionários do Verbo Divino, as Irmãs do Cottolengo do Padre Alegre e as Irmãs Clarissas receberam bens alimentares pelas mãos do colaborador voluntário da Fundação Dom Manuel II, José Nelson de Figueiredo. As iniciativas foram muito apreciadas pelas Instituições beneficiadas.

Acção Humanitária Conjunta na Região de Leiria

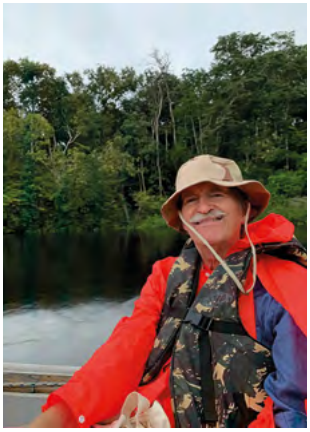
No passado dia 25 de Abril foi levada a cabo uma entrega de alimentos e bens essenciais de primeira necessidade a mais de 100 pessoas de 19 famílias de imigrantes brasileiros da região de Leiria pela Fundação D. Manuel II em parceria com a Fundação Oureana e coordenada por voluntários Confrades da Real Confraria do Santo Condestável, da Real Irmandade da Ordem de São Miguel da Ala e da Casa do Brasil em Ourém.

Estas famílias, a passar por situações dramáticas de desemprego por causa da crise sanitária, foram referenciadas pelo Consulado Honorário do Brasil em Fátima (Ourém) tendo-lhes sido preparados e entregues cabazes com máscaras, viseiras, artigos para crianças, roupa, e alimentos doados pelo Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa.

Viagem ao Brasil

Na segunda quinzena de Fevereiro o Senhor Dom Duarte e sua Filha foram ao Brasil, iniciando a visita com uma breve estadia na cidade do Recife a fim de rever a família do grande escritor Ariano Suassuna, que morreu o ano passado. Durante essa estadia foram hóspedes da sua filha, Cristina Suassuna e do seu neto Gilberto Freyre Neto, actual secretário estadual da Cultura do Estado de Pernambuco.

Seguiu-se uma viagem à Região Amazónica, começando pela interessante cidade de Manaus e seguindo-se a região do rio Negro. A Infanta Dona Maria Francisca passou alguns dias em casa dos seus primos brasileiros no Rio de Janeiro, Príncipes Dom Alberto e Dona Maritza de Orleans e Bragança e seus filhos, assim como na vila histórica de Paraty (RJ), onde foi hóspede do Príncipe Dom João de Orleans e Bragança.



A viagem foi interrompida antes do previsto devido ao início da epidemia do vírus COVID-19 no Brasil, mas ainda tiveram a oportunidade de visitar a cidade de São Paulo por alguns dias. Nessa cidade, onde foram hóspedes da Princesa Dona Isabel de Sabóia, o Senhor Dom Duarte realizou uma conferência na Casa de Portugal, a convite do seu presidente, António dos Ramos, num evento organizado por Durval de Noronha Goyos, tendo falado sobre "A influência da Língua Portuguesa no mundo".

IMAGENS: O Presidente da Casa de Portugal e o Sr. Dr. Durval de Noronha Goyos durante o acto da condecoração de S.A.R., o Duque de Bragança pelo Presidente da Casa de Portugal; A expedição no rio Negro; O encontro das águas do rio Negro e do rio Solimões em Manaus.

Mapa Cervejeiro

- Ale
  - Irish Stout
  - Porter
  - Belgian/ French Ale
  - American Pale Ale
  - German Ale
    - Hoppy Weiss
    - Weissbier
  - Pale Ale
    - India Pale Ale
- Lambic
  - Fruit
  - Gueuze
- Lager
  - European Lager
    - Märzen
    - German Lager
      - Rauchbier
  - American Lager
    - Amber Lager
  - Pilsener
    - German Pils
  - Bock

Seja responsável. Beba com moderação.